

A adolescência como posição subjetiva: uma abordagem discursiva

Francisco Franke Settineri¹

1. Introdução

Há uma certa tendência, nos dias de hoje, a considerar a adolescência meramente como uma invenção da modernidade. Temos a propensão a concordar com isso, mas apenas em parte. De fato, muitas das preocupações com a juventude remontam a um período muito mais antigo, e, de certa forma, não deixam de guardar semelhança com as dos dias atuais. Na comédia *As Nuvens*, de Aristófanes, por exemplo, cuja primeira encenação se passou em 423 A. C., ouve-se logo no início a queixa de Strepsíades a respeito de seu jovem filho Fidípides:

"Mas coitado de mim! Não posso dormir, atormentado pelas despesas, pelo custo das cocheiras e dos cavalos e pelas dívidas contraídas por meu filho para sustentar tudo isso! Exibindo sua longa cabeleira ele monta a cavalo, guia um carro, sonha com cavalos, enquanto eu estou mingando ao ver a lua trazendo os dias dos vencimentos, ao mesmo tempo que as dívidas e os juros se amontoam." (1995, p. 13).

Logo adiante, surge a preocupação paterna sobre os estudos do filho, e sua exasperação ao perceber que este não era exatamente um modelo de responsabilidade. Como se vê, as preocupações dos pais a respeito dos filhos jovens - que hoje chamamos de adolescentes - não são exatamente uma invenção

¹ Psicanalista. Doutorando em Letras - PUCRS. E-mail: setineri@zaz.com.br

moderna ou pós-moderna. Embora na Antigüidade não se falasse de noções como etapas, fases ou crises.

É especificamente quanto ao fato de constituir uma "crise" que Melman (1988) irá afirmar ser isso que diferencia a adolescência, tal como a entendemos hoje, das referências históricas que temos sobre a juventude em geral, como período de passagem para a idade adulta. Segundo esse autor, não haveria indícios de mal-estar, por exemplo, nas culturas latinas e gregas, em que a adolescência seria simplesmente um período de transição, preliminar para a vida em sociedade.

Entretanto, nosso interesse pela temática da adolescência não deriva apenas de uma preocupação em relação aos jovens, nem mesmo está restrito a problemas da clínica com adolescentes, mas relaciona-se a certas questões que a clínica de adultos propõe, a saber, a do estabelecimento de uma identidade sexuada, assim como a questão profissional, enquanto modo de inserção simbólica na sociedade.

Foi Rassial (1995) um dos primeiros a lançar uma luz sobre essas relações, ao afirmar, metaforicamente, que a crise adolescente seria um paradigma de todas as crises identitárias, nas quais encontram-se imersos os adultos que vêm solicitar tratamento.

Consideramos o estudo da adolescência, também, como passível de ilustrar questões sobre a subjetividade. Preocupados com a temática da constituição subjetiva, e buscando uma elaboração do problema com o auxílio da lingüística da enunciação, nos deparamos com formulações sobre a adolescência que contemplavam preocupações que estavam no centro de nossas interrogações, como o problema da constituição subjetiva, da operação simbólica e da negação, o tema da singularidade e da inserção no laço social.

A adolescência é dita repetidas vezes ser uma fase difícil. A palavra "fase" nos aponta para uma concepção de período passageiro, talvez oriunda da popularização, na cultura, de formulações freudianas a respeito das fases do desenvolvimento da libido (cf. Freud, 1905d). A idéia de fase nada nos diz, entretanto, sobre as movimentações da subjetividade, nem tampouco sobre o fato da "fase" adolescente ser capaz de metaforizar outras etapas humanas de crise. Procuramos, pois, dis-

cutir e estabelecer o conceito de posição subjetiva, para tentar explicar certas posições relativas em que se é colocado, na enunciação, passíveis de ser identificadas.

A idéia de crise acompanha a de "fase". Ela traz consigo a noção de desfecho: favorável, em sua superação, desfavorável, caso o adolescente não se resolva na direção de uma identidade sexuada e de uma escolha profissional. Muitos autores, de diversas correntes, coincidem com a idéia de estar ocorrendo um fenômeno de importância psíquica na adolescência. Blos (1967) afirma que na adolescência se dá o segundo processo de separação-individuação; Rassial (1995, 1997) sustenta haver uma retomada da fase do espelho na adolescência, e nos fala de um colapso (*breakdown*), sob a forma de uma pane no Outro: sem referências, o adolescente ficaria como um barco à deriva. Outros vêem neste período uma reedição da problemática edípica. Os seguidores de Masterson (1975, citado por Vieira, 1996) tendem a ver, em alguns adolescentes em crise, uma problemática *borderline* que beira à psicose.

Nosso estudo vai procurar descrever esta problemática por meio da análise da enunciação do adolescente, procurando discutir as questões apontadas com o auxílio de ferramentas adaptadas da teoria da enunciação, desenvolvidas no esforço de estabelecer uma interface profícua e inventiva entre esta disciplina e a psicanálise.

2. Em busca de um novo ponto de vista psicanalítico sobre a adolescência

O ponto de partida deste estudo sobre o discurso do adolescente é o das considerações teóricas freudo-lacanianas sobre a adolescência, em grande parte sintetizado nos artigos de Melman (1987, 1988, 1989), Gutton, Czermak e Rassial (1989), Rassial (1995) e Penot (1995). O recorte que introduzimos na discussão desses autores procura delimitar a questão do sujeito humano, naquilo que a adolescência possui de exemplaridade em relação a essa questão. Penot considera esse "momento crítico e decisivo da passagem à idade adulta" como ilustrativo da condição do sujeito humano, do processo pelo qual um "sujeito particular vai poder emergir", em sua singularidade, diremos.

Para Rassial (1995), a crise da adolescência seria paradigmática de todas as crises de identidade. Ele afirma que a própria escolha profissional é uma questão relançada em determinado momento da análise, ou seja, mesmo o adulto vai procurar outra forma de se inserir na sociedade, e poder se valorizar, em função das mudanças subjetivas que sua análise terá podido promover. Rassial (1990, p. 23, tradução minha) afirma também que o "adolescente deve efetuar uma nova operação simbólica (...) [uma] validação - tal que, se ela não é efetuada, se é não efetuable, há a báscula de um sujeito para a psicose, mesmo se, em criança, estivesse votado à neurose". Para Rassial, haveria uma reedição da fase do espelho, durante a adolescência (1995, 1997).

Todos esses autores procuram uma problematização sobre a questão da adolescência que não se reduza a considerações sobre sua biologia (as questões do crescimento, da puberdade, da maturidade sexual, etc.), nem ao social (a adolescência sendo considerada apenas sob o ângulo antropológico, com seus ritos de passagem, ou à necessidade social de incluir em seu seio novos membros autônomos, entre outros). Trata-se de um momento importante da subjetivação, em sua relação com a palavra e com a linguagem. Ao ser chamado para se fazer ouvir como singularidade, o adolescente terá de atestá-la, em sua fala, por meio de um estilo; se concordarmos que a linguagem antecede o sujeito, e que só se pode pensar o sujeito na enunciação, o estilo, do qual falaremos mais adiante, virá a ser a marca da singularidade de um sujeito.

Para Melman (1987), o momento da adolescência é o do convite - que vai provocar uma crise - feito ao jovem para que "participe da comunidade dos responsáveis", o que seria uma responsabilidade mais psíquica do que legal. A posição sexuada e desejante, constitutiva da subjetividade, que foi obtida pela passagem pelo complexo de Édipo, e que foi interrompida, calada, no período de latência, vai ser reindagada e chamada à cena, por meio deste convite.

Mais uma vez, irá intervir uma operação paterna - ou simbólica -, que permite a saída de uma especularidade em relação ao desejo do Outro da relação dual: não é suficiente corresponder ao desejo de um outro, é necessário fazer ouvir uma

posição desejante particular, uma singularidade. A intervenção paterna, nesta retomada edipiana, é da ordem não mais de se corresponder a um desejo, mas atestar o modo particular com que se deu a constituição subjetiva, a inserção no simbólico mediada pelo exílio do objeto, o modo singular com que, na linguagem, o desejo se humanizou.

A singularidade, até então calada, é chamada a se manifestar. O convite referido por Melman possui um matiz imperativo, e não se pode responder a ele facilmente. A falsidade, o fingimento, a não demonstração daquilo que realmente se quer ou se é, é condenada pelo próprio adolescente, que é impiedoso com aqueles que procuram mostrar-se de uma maneira ou de outra apenas para se valorizarem, crescerem aos olhos dos outros (cf. Giongo e Settineri, 1996). É-se impiedoso para com aqueles que procuram se mostrar sem falta, diante do olhar dos outros.

De acordo com a formulação de Melman, trata-se de um convite traumático, formulado de uma maneira muitas vezes brusca, para que o adolescente se insira de um modo diferente no laço social, para que

"ocupe uma posição que iria simultaneamente fazer ouvir sua singularidade, que até então ele precisava manter à distância, mas uma singularidade que participasse da comunidade, enquanto, ao mesmo tempo, fosse dissolvida, perdida e confundida com a comunidade de todas as singularidades existentes..." (Melman, 1987, p. 7).

Diante do olhar do Outro, há uma nova exigência: "seja você mesmo". Entretanto, o adolescente não quer ser "ele mesmo" de qualquer jeito, mas de uma maneira ideal. O convite feito e seu imperativo não lhe aplacaram o desejo de corresponder ao ideal, e ele se engaja na busca desse ideal pela via da sublimação, da consecução de algo grandioso e perfeito. Ao mesmo tempo que não perde a postura crítica e impiedosa em relação ao mundo dos adultos, com suas incoerências, seus pequenos crimes, suas desistências de projetos iniciais que um dia - perdido no tempo - teriam sido "revolucionários", ou seja, concebidos na direção de uma sociedade ideal, em uma relação feliz e perfeita.

O adolescente é comandado pelo ideal, e está sob a cláusula de ser singular. Não mais lhe basta agradar, é preciso fazer-se valer, construir um nome - eis a operação simbólica referida por Rassiá -, e, para isso, precisa sair do espelho, deve parar de apenas tentar mostrar-se como o ideal para os outros. O adolescente avança na direção do eixo simbólico de sua inserção no social, mas - em um processo que é o da constituição subjetiva - ainda carrega consigo a necessidade de corresponder a um desejo alheio, pelo qual se obteria valor em uma dimensão imaginária.

O adolescente tende a se organizar em bandos, tribos de adolescentes reunidos em torno de uma causa, da idéia de um pai ideal, bandos cuja organização garantiria uma perfeita similaridade entre seus integrantes, com um identidade e uma linguagem que lhes assegurasse a pertença. Para Melman (1997), o adolescente retirou os pais do lugar do ideal, mas deixou nesse mesmo lugar seu olhar. Dali, desse lugar do ideal, ele olha para o mundo.

Ele constitui uma tribo onde todos são irmãos, vestem as mesmas roupas, ouvem as mesmas músicas, lêem as mesmas histórias em quadrinhos, e onde um serve de espelho identificador para o outro. Todavia, todos e cada um reivindicam para si o fato de serem singulares, diferentes de todos os outros.

É sobretudo nessa dialética que compreendemos a adolescência, do ponto de vista de ser a posição subjetiva de quem busca (1) reivindicar-se uma singularidade, e que o interlocutor lhe ateste sua (pequena) diferença e (2) engajar-se em relação a um ideal, junto com os outros adolescentes, em uma relação que muitas vezes o dissolve e padroniza (para um observador externo, dado que o próprio adolescente o denega veementemente) em termos de linguagem e comportamentos. Esses dois movimentos muitas vezes podem parecer opostos, mas na verdade são movimentos complementares no processo da constituição subjetiva.

A posição subjetiva do adolescente é a de constituir uma exceção, em meio aos outros. Procurar ser como todo mundo, mas se pensar, como todos, uma exceção. Passemos agora ao estudo do que entendemos pelo conceito de posição subjetiva.

2.1 O conceito de posição subjetiva: a tentativa de construção de uma interface entre a lingüística e a psicanálise

Berlinck (1997), em seu artigo que procura descrever o que é a psicopatologia fundamental, procede a uma revisão do conceito de "posição" que nos pareceu assaz interessante. Para os romanos, essa palavra integraria o vocabulário militar, vindo a designar a distribuição de seus exércitos e recursos no campo de batalha, em suas guerras de conquista. Em contraponto, para os gregos a posição se refere à postura corporal,

"à maneira, à pose como os moradores da polis - cidadãos e escravos, autóctones e estrangeiros - se relacionam numa trama discursiva que se realiza, por excelência, na ágora, ou seja, no espaço da retórica." (p. 33).

O que se pode observar, em sua interessante exposição de seu tema, é como diversas expressões, cujo sentido hoje está distanciado da percepção e da postura corporal, tendo passado ao domínio da abstração, estavam ligadas, para os gregos, a essas dimensões. Assim, *orthos* designava a posição ereta e *altiva*, tendo derivado "ortodoxia" e "ortopedia", por exemplo. Igualmente, a palavra "teoria" deriva da idéia de visão.

Interessa-nos, entretanto, nesse estudo sobre a origem de certos sentidos modernos, a idéia inspirada por Berlinck de posição em meio a uma "trama discursiva", isto é, de que o sujeito se posiciona em relação aos outros, ao falar, e suas poses, suas maneiras e sua postura são constitutivas do modo pelo qual ele é. Ele passa a ser visto, na *polis*, conforme se posiciona. Qualidades do caráter, como nobreza, honra e desonra, firmeza ou passividade, derivam diretamente dessa idéia de posição. Posição do sujeito na praça, na cidade, posição subjetiva que nada mais é do que posição do sujeito falante. Os gregos falavam com todo o corpo.

2.1.1 O aspecto psicológico da posição subjetiva

Procuraremos definir posição subjetiva, nesta seção, como uma posição decorrente da enunciação, ou mesmo do discurso, entendendo que é na linguagem e por meio dela que

se pode colocar a questão de como um sujeito se dispõe, situa os outros e se situa em relação a eles.

Charles Melman (1986), falando a propósito do neurótico obsessivo, afirma que o que ele não poderia tolerar seria justamente sua posição subjetiva, ao contrário do caso da histérica, a qual, ao denunciar a insuficiência do mestre, "afirma a unicidade de sua subjetividade, ou seja, a posição não-castrada de sua subjetividade" (p. 133). Nesse momento, Melman coloca a posição subjetiva como algo a ser atingido com certo sucesso, uma certa "estabilidade", o que o neurótico, de uma maneira ou de outra, teria fracassado em alcançar.

Em um trabalho posterior (1987), Melman utiliza a expressão "posição subjetiva" como sinônimo de subjetividade, e posição como equívulendo a situação. Para ele, a subjetividade do adolescente seria caracterizada pelo convite que lhe é feito (conforme citação anterior), onde se trata de vir ocupar uma posição.

Pommier (1992) refere as posições subjetivas como existindo em número finito dentro de uma estrutura neurótica, sendo que a posição subjetiva poderia ser decifrada por meio da análise das variações na apresentação de sintomas.

Rassial (1995) nos fala - da perspectiva de sua clínica - de uma "posição depressiva" do adolescente, que se serviria da angústia contra a depressão, e da depressão contra a angústia. A posição depressiva seria caracterizada pelo afeto depressivo, que acompanha o sujeito em sua relação com o Outro como lugar vazio.

Dentro desses desenvolvimentos, há, evidentemente, uma certa duplicidade de sentido para a expressão "posição subjetiva". Em Melman, utilizada no singular, denota um lugar, uma posição-de-sujeito (ex-sistente) decorrente de uma passagem pela castração, no que se diferenciaria das "posições subjetivas", expressão utilizada no plural, que teriam a ver com uma certa movimentação ou disposição subjetiva, inclusive as que seriam particulares do histérico e do obsessivo, às voltas com evitar ou eludir - ou, pode-se pensar, simplesmente representando um momento logicamente anterior, na constituição subjetiva - a posição-sujeito descrita em primeiro lugar.

Procuraremos não confundir as duas acepções; entretanto, nossa preocupação teórica e nosso uso do conceito irão procurar vincular-se ao aspecto discursivo, ou seja, ao modo pelo qual o sujeito, por meio do dito, situa a si mesmo e os outros em lugares diferenciados, como se localiza em relação a outros discursos e o que mostra de si mesmo, ao enunciar. Desta forma, utilizaremos "posição subjetiva" em sua acepção mais comum, como momento de um processo de subjetivação, sem contudo deixar de ter em vista a outra conotação.

A movimentação subjetiva que tem lugar na enunciação não deixa de incluir um determinado cálculo de lugares imaginários, idéia inspirada em Pêcheux (1978), em sua Análise automática do discurso. Esses lugares imaginários são relativos aos participantes da cena enunciativa. Cálculo onde se pode deprender que o sujeito, na enunciação, antecipa seus interlocutores como diferentes e como desejantes. As noções de cálculo e de antecipação, assim como as de *deixis* e *ethos* (referidas adiante) nos levaram a procurar enriquecer nossa leitura psicanalítica da adolescência por meio de ferramentas de análise retiradas da lingüística, que nos foram de grande utilidade na elaboração conceptual.

Na interlocução entre essas disciplinas, é fundamental, para certos desenvolvimentos envolvendo inconsciente e linguagem - objetos, respectivamente, da psicanálise e da lingüística -, uma discussão que se inicia em Freud (1925) e que versa sobre a denegação (*Verneinung* freudiana).

2.2 No começo, era a denegação

Na base de todas as considerações sobre o problema das relações entre inconsciente e linguagem, situa-se a discussão freudiana sobre a denegação, exposta em 1925 (*A denegação*). Nesse artigo, Freud, analisando uma situação clínica, onde se tratava da interpretação de um sonho, expõe sua idéia de que a denegação permite uma certa enunciação do conteúdo recalçado, sem que o sujeito aceite esse conteúdo. De fato, em relação a uma figura do sonho, indagado por Freud, o paciente, sem que fosse sugerido o contrário, diz que "Não é minha mãe".

Com o sinal negativo, ele enuncia o conteúdo recalado, atribuindo-o a seu interlocutor. Esboça-se, neste momento, uma posição subjetiva, onde o enunciador atribui a si mesmo o enunciado negativo, situando o Outro na posição de possivelmente abraçar a idéia oposta (é de se sublinhar a presença constante do Outro, no horizonte da enunciação de uma denegação). Ao mesmo tempo mostra-se envergonhado, na perspectiva da possibilidade de ser-lhe atribuído um sentimento edípiano.

Para Andrès (1993), haveria um paralelismo entre negação e enunciação, pelo fato do sujeito receber do Outro a mensagem que emite; a mensagem emitida é tomada emprestada de uma alteridade, que podemos situar na cultura, na ideologia ou simplesmente nas outras pessoas; quando nega uma proposição, o sujeito a está igualmente atribuindo a uma alteridade, está admitindo sua existência.

Para Freud (*op. cit.*), é a criação do símbolo da negação que torna possível a operação de juízo, ao permitir um certo grau de independência em relação ao recalque. Pode-se falar de um conteúdo, sem concordar com ele, e o atribuindo a outros, projetivamente. E, ao fazer assim, o sujeito dispõe a si mesmo e à alteridade em posições relativas diferentes, em relação ao que foi enunciado, mantendo-se, deste modo, na beira de uma manifestação inconsciente. Iremos pormenorizar a discussão sobre a denegação na seção correspondente.

Esse raciocínio pode ser estendido a diversas outras formas existentes da negação, na linguagem, a diversas modalidades que implicam, em seu funcionamento, negações, correções ou restrições². Utilizando-se o conceito de negação argumentativa (Vogt e Ducrot, 1989), podem-se estender as considerações sobre a operação de negação a um conjunto bastante amplo de marcas lingüísticas que operam argumentativamente, ou modalizadores. Dependendo do contexto, grande parte das marcas lingüísticas que estão sendo estudadas introduzem a idéia de negação - por exemplo, os dois tipos de "mas" e os "eu acho que". É através do estudo destas marcas, em função de

² Sempre que se corrige, nega-se algo para colocar outra coisa em seu lugar. A restrição implica a negação de um certo número de possibilidades, em prol de um número menor ou de uma só.

darem conta de lugares enunciativos diferentes, que se pode avançar o conceito de posição subjetiva.

A posição subjetiva é a maneira pela qual o sujeito, na enunciação, dispõe a si mesmo e aos outros - entre os quais o interlocutor, os pares, os pontos de vista da cultura, da ideologia, os já-ditos, os pais, os representantes da autoridade, enfim todas as formas possíveis de alteridade -, atribuindo a si uma certa situação "singular", de autoria, decorrente do esquecimento de que seus enunciados são tomados emprestados - da cultura, da ideologia (Pêcheux, 1993)³, ou do grande Outro (Lacan, apud Chemama, 1995) -, ou seja, de que é determinado a partir de fora, como sujeito. Ao mesmo tempo que se endereça a essa alteridade, e lhe solicita uma confirmação, o reconhecimento de um lugar.

O estudo da posição subjetiva não se reduziria, porém, a um estudo "tópico" das posições relativas do sujeito e dos outros, na enunciação; interessa saber o que ele mostra de si mesmo para o(s) interlocutor(es). No caso particular da adolescência, seguindo na linha de Melman (1987), está em pauta a dialética inaugurada pelo "convite feito para que se adote um novo papel": trata-se de fazer valer uma singularidade que ao mesmo tempo participe de uma comunidade e dissolva-se nela. A movimentação subjetiva é a de diferenciar-se e dissolver-se.

2.3 Posição e especularidade: o esquema L, de Lacan

A noção de posição (esquizoparanóide e depressiva) é introduzida na psicanálise pela teoria das relações objetais, devida a Melanie Klein, que toma o termo "posição"⁴, já utilizado por Fairbairn (1944), emprestando-lhe, entretanto, um sentido

³ Nesta obra, Pêcheux retoma a idéia de Althusser, segundo a qual "A ideologia interpela os indivíduos em sujeitos". Ele considera o Sujeito absoluto e universal, de Althusser, e o grande Outro, de Lacan, como materialmente ligados, mas não confundidos. Haveria, para Pêcheux, dois tipos de esquecimento envolvidos na enunciação: o de que o sujeito-falante não pode se encontrar no exterior da formação discursiva que o domina, e o de que o sujeito-falante seleciona no interior da formação discursiva que o domina um enunciado e não outro.

⁴ Baranger (1981) refere que a primeira aparição do termo posição se dá em 1928, em "Early stages of the Oedipus Complex", In: *Contributions to Psychoanalysis*.

diferente. Melanie Klein acreditava que os processos de introjeção e projeção tinham lugar desde o início da vida, logo que pudesse haver uma certa diferenciação entre self e objeto (apud Meltzer, 1990).

Segundo Meltzer (*op. cit.*), o conceito de posições não implicava inicialmente um significado em termos do desenvolvimento, mas um "conglomerado ou constelação de angústia e defesas e de impulsos aos quais estas se relacionavam" (p. 22). Depois, posição passou a significar as manifestações de atitudes cruciais para com os objetos. De qualquer modo, como refere Baranger (1981), apesar de Melanie Klein ter utilizado inicialmente o conceito de forma imprecisa, a idéia de posição implicava algo mais do que momentos da evolução instintiva.

Posição, desse modo, na teoria kleiniana, é uma posição relativa ao objeto em questão: seja relativa a objetos parciais ou totais, seja de agressão ou amorosa, mas sempre endereçada ao objeto materno. Ao fazer retroceder a temática edipiana a períodos mais primitivos, a psicanálise kleiniana pensa as questões ao modo das relações duais, sem a presença de um terceiro, o qual, nos termos de Freud e Lacan, seria o pai, como instância simbólica.

O interesse da noção de posição, para nosso estudo, é o de evitar a concepção de "fases" como estágios acabados de desenvolvimento, que se sucederiam, e nas quais certas insatisfações demasiadas (ou mesmo satisfações demais!), poderiam promover "pontos de fixação da libido", com possíveis efeitos psicopatológicos ou de formação de caráter. Esse tipo de explicação promove, por um lado, (1) a crença em que todo psiquismo estaria estruturado na infância, de maneira irreversível, em maior ou menor grau e, por outro, (2) uma concepção que, em que pese suas pretensões científicas, não poderia ser objeto de uma falsificação, nos termos de Popper, ou seja, se tanto uma satisfação como uma frustração da libido, em determinada fase, é patogênica, não se está afirmando nada que possa ser contestado e, por conseqüência, cientificamente confirmado. Retomaremos esse ponto na discussão metodológica.

Quanto ao conceito de fase, temos que para Lacan (1966), o próprio Freud teria relegado a um lugar secundário e hipotético a teoria dos instintos, ou seja, a ordem constituída

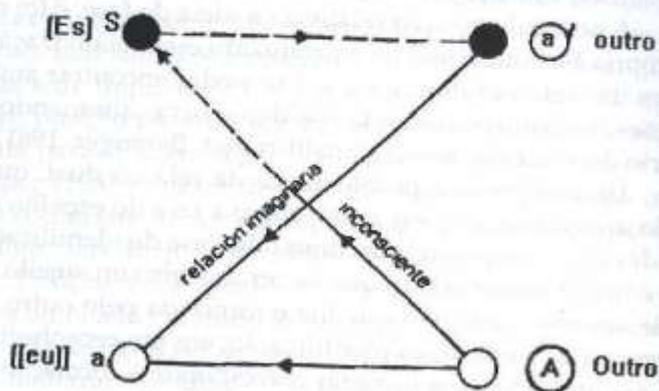
das fases libidinais, sendo que, no resumo do caso do Homem dos Lobos, teria se afastado desta ordem de considerações, colocando em primeiro plano a dimensão simbólica da compulsão, expressa no enunciado do fantasma do paciente, no qual ele se afirma como sujeito: "eu não estou castrado".

A noção de posição relativiza a idéia de fase, e foi mérito da própria Melanie Klein ter introduzido essa relativização, nos termos das relações objetais, e vai-se poder encontrar ambas as posições, a esquizoparanóide e a depressiva, alternando-se no próprio decorrer das sessões analíticas (cf. Baranger, 1981).

Lacan retoma a problemática da relação dual, que chama de imaginária, em seu artigo sobre a fase do espelho (1949). Esta deve ser compreendida como uma fase de identificação, ou seja, é uma transformação que se produz em um sujeito, quando ele assume a imagem que lhe é fornecida pelo outro materno, que lhe autentica essa identificação, em um reconhecimento. Essa assunção de uma imagem corresponde à formação do eu, como instância imaginária.

Essa relação imaginária é retomada e ampliada por Lacan em 1955, no seminário sobre a carta roubada, por meio do esquema L, que dispõe o circuito da palavra: é o esquema da palavra, o da dialética da intersubjetividade. Nesse esquema, a relação dual e imaginária da fase do espelho é duplicada por uma relação simbólica, devida à intervenção de um terceiro, encarnado inicialmente pelo pai. É a esse terceiro que se dirige a palavra, a esse Outro, capaz de fundar a existência do Sujeito, na palavra (o sujeito, para Lacan, é sempre determinado pelo simbólico).

Temos, deste modo, no esquema L, segundo Doumit (1993), (a) uma relação imaginária, onde o sujeito se dirige a seu alter ego, e dele recebe apenas uma imagem de si mesmo, (b) um Outro simbólico, que está além do outro imaginário, e que vai validar a existência da imagem (o eu) e (c) a determinação do Sujeito pelo simbólico.



É nos termos dessa duplicação simbólico-imaginária que podemos pensar em uma posição subjetiva, ou uma posição discursiva. Na enunciação, o sujeito se endereça simultaneamente ao interlocutor (o semelhante) e ao Outro⁵; seu discurso demarca uma série de lugares e tempos, e igualmente situa e mostra o sujeito. A negação - como elemento fundamental da modalização, no discurso - consistiria na articulação do enunciadador a esse Outro, procurando eliminar neste o significante negado - mas, ao mesmo tempo, introduzido pela negação. A negação acaba por confirmar que esse significante vem de um algures (do próprio Outro), e a negatividade seria fundadora da subjetividade, à medida que, embora suas palavras sejam sempre tomadas emprestadas a esse Outro, é preciso que isso seja

⁵ Voltaremos posteriormente a este duplo endereçamento. Basta dizer, por enquanto, que é possível estabelecer uma distinção - lógica - entre grande Outro e pequeno outro, ou outro da relação dual, embora isso só possa ser visto na enunciação por meio de uma análise simultaneamente lingüística e psicanalítica.

recalcado, para haver uma ilusão de autoria, de autonomia ou de inteireza, necessária ao sujeito falante.

No eixo simbólico, a palavra é a morte da coisa, e é sempre tomada do Outro, por empréstimo: fala-se a partir de uma falta, e de um recalque. Sempre que se fala, há necessariamente um terceiro.

2.4 A deixis e o ethos na posição subjetiva

Maingueneau (1987) refere, dentro da lingüística, dois conceitos que julgamos importantes para a caracterização da posição subjetiva nos termos de seu aparecimento no discurso, a *deixis* e o *ethos*.

A *deixis*, na língua, é a definição das "coordenadas espaço-temporais implicadas em um ato de enunciação" (p. 41), que são articuladas a partir dos lugares eu-tu-aqui-agora. Ao redor de quem enuncia, a quem se dirige, referindo-se a quem, onde e quando, esboça-se uma configuração de lugares, no espaço-tempo e na interlocução, que situam e delimitam a posição de um sujeito em relação a uma alteridade.

Para caracterizar o *ethos*, Maingueneau refere a retórica antiga, onde os *ethé* eram as propriedades conferidas pelos oradores a si mesmos, de modo implícito, pela sua maneira de dizer: "não o que diziam a propósito deles mesmos, mas o que revelavam pelo próprio modo de se expressarem" (op. cit., p. 45, grifos do autor). O *ethos* atravessaria o conjunto da enunciação, sem que sua função fosse explicitada.

Maingueneau (op. cit., p. 45) recusa à vontade de um sujeito psicológico clássico a responsabilidade pelo *ethos*: "[A AD] ... precisa afastar qualquer preocupação 'psicologizante' e 'voluntarista', de acordo com a qual o enunciadador, à semelhança do autor, desempenharia o papel de sua escolha em função dos efeitos que pretende produzir sobre seu auditório".

Authier-Revuz (1995) refere essa preocupação sobre o "psicologizante" entre alguns seguidores da Análise do Discurso, e a atribui ao temor de que o sujeito psicológico clássico pudesse ser reintroduzido como sujeito implícito na lingüística; entendemos essa precaução, mas, ao tomarmos para nossa análise o sujeito da psicanálise, radicalmente clivado em relação a

um inconsciente que o determina, acreditamos estar considerando antes um sujeito tomado em uma rede de significantes do que propriamente um sujeito que, por meio de um ato de fala, vai causar um certo efeito sobre seu interlocutor, de maneira consciente.

Para efeito de nossa análise, interessa-nos saber de que modo deixis e ethos caracterizariam a posição subjetiva, ao situar o sujeito em relação às diversas alteridades possíveis, e ao evidenciar o modo pelo qual ele se revela, ou procura mostrar-se, ao Outro.

3. Algumas considerações metodológicas

*"Sur la relation qu'il établit entre le 'texte de Schreber' et le 'cas Schreber', Lacan s'exprime avec une netteté absolue: 'Le cas Schreber, pour nous, c'est le texte de Schreber'."*⁴
M. Arrivé (1994, p. 235).

Uma crítica que tem sido endereçada à psicanálise apóia-se nas idéias de Popper, sobretudo a questão da falsificabilidade. De fato, algumas tentativas de explicação, apoiadas na psicanálise, sobre a etiologia das neuroses, apoiadas na teoria das fases, costumavam falar de fixações da libido em determinadas etapas do desenvolvimento. Sustentava-se que frustrações ou satisfações excessivas teriam o poder de provocar fixações, o que dificultava a possibilidade de uma constatação das afirmações que eram feitas.

Entretanto, essas concepções que Popper critica não podem ser vistas como ilustrativas da psicanálise como um todo. Quando muito, podem ser representativas da *ego psychology* e da linha das relações objetais; não são aplicáveis ao movimento lacaniano, que considera a psicanálise como a ciência do particular.

Chemama (1996, p. 261) é bastante incisivo sobre o assunto. À objeção de que, quando trabalhamos com as formações do inconsciente, a interpretação dependeria das associações de

⁴ Sobre a relação que estabelece entre o 'texto de Schreber' e o 'caso Schreber', Lacan se exprime com uma clareza absoluta: "O caso Schreber, para nós, é o texto de Schreber".

cada sujeito, e isso retiraria seu valor comprobatório, ele responde que

"... a psicanálise não procura estabelecer modelos independentes dos indivíduos aos quais ela concerne; a verdade da associação é precisamente uma verdade para um tal sujeito, uma verdade que inclui o sujeito como sendo suposto a esses significantes, e não a outros (...)."

Não pudemos, entretanto, empregar nesta pesquisa o método psicanalítico tal como é utilizado na clínica, em situações de tratamentos analíticos, pois se tratava de entrevistas iniciais com adolescentes com o objetivo de uma orientação profissional, nas quais a demanda endereçada podia ser bastante diferente de uma demanda de tratamento.

Por outro lado, é diferente o caso de tomar-se uma entrevista transcrita, e fazer cuidadosamente sua análise, e a situação do enquadramento psicanalítico, onde o que é falado transcorre em uma relação transferencial, onde o endereçamento do analisando e as intervenções do analista assumem características particulares⁷. Pode-se objetar que o material a ser tomado em consideração, em análise do discurso, não corresponderia a uma situação clínica característica, ou seja, que seus resultados não seriam comparáveis aos obtidos pela psicanálise.

Não obstante, o próprio Freud (1911c), em um de seus mais famosos casos clínicos - O caso Schreber - utilizou, como material para interpretação, apenas o texto de suas Memórias, não tendo sequer conhecido pessoalmente o "doente dos nervos". E o que dizer das retomadas de fragmentos de casos descritos por outros psicanalistas, como o dos "miolos frescos" do paciente de Kris, sobre o qual se debruça Lacan, com consequências importantes para a sua teorização?

Por isso, e apoiados em Lacan, dizemos que os casos destas entrevistas são simplesmente os textos, que podemos ler como analistas, assim como podemos fazê-lo com qualquer texto. A interpretação, em psicanálise, não procura fixar significações, mas, pelo contrário, procura ressaltar, no texto, aquilo

⁷ Pode-se ponderar, entretanto, que Freud não situa o fenômeno da transferência como pertencente unicamente ao enquadramento psicanalítico.

que nele já estava. Nem a psicanálise, nem a teoria da enunciação se pretendem uma hermenêutica, de modo algum.

Não deixamos de levar em conta as limitações do método: (1) supomos que o discurso seja diferente - até uma certa medida -, conforme o entrevistado se dirija a uma pessoa qualquer, a um pesquisador ou a um analista e (2) o fato da entrevista ser gravada pode levar o entrevistado a ser menos sincero, ou a cuidar mais de sua linguagem. Em relação a este último ponto, temos reservas em relação à mudança poder incidir sobre o estilo. Acreditamos que o "cuidado" incida mais em aspectos gramaticais.

Mas passemos a algumas considerações recentes, no terreno da psicologia, sobre a utilização de metodologias discursivas.

Historicamente, a utilização de métodos que estudam a linguagem corrente tem sido muito controvertida. Entretanto, em tempos recentes, Smith (Smith, Harré e Langehove, 1995, pp. 7-8) afirma que "o estudo da linguagem corrente, ou discurso, tornou-se um dos credos chaves de um novo paradigma em psicologia". Em outro artigo do mesmo livro, Harré (Smith, Harré e Langenhove, 1995, cap. 9) considera que a psicologia atual volta-se para o discurso, sendo o giro para o discurso a "segunda revolução cognitiva", que ultrapassaria as duas posições anteriores, do behaviorismo e do cognitivismo, devendo as entidades psicológicas ser encaradas como constituídas e comunicadas no discurso (grifo nosso).

O mesmo Harré (1994, p. 27), discute os princípios do que ele denomina "segunda revolução cognitiva", segundo os quais:

"1. Diversos fenômenos psicológicos devem ser interpretados como propriedades ou características do discurso, e este discurso pode ser público ou privado. Se público, é comportamento; se privado, é pensamento.

2. Usos individuais e privados de sistemas simbólicos, o que nesta visão constitui o pensamento, derivam de processos discursivos interpessoais, que são a principal característica do ambiente humano.

3. A produção de fenômenos psicológicos, como emoções, decisões, atitudes, mostras de personalidade, e outros, no discurso, depende da habilidade dos atores, de sua relativa posição moral na comunidade e das linhas históricas que se desenrolam."

Não haveria uma metodologia predeterminada dentro da análise do discurso, em que não se concebe o discurso como um produto, mas enquanto processo. Conforme Barbisan et al.,

"os procedimentos metodológicos vão sendo construídos ao longo da análise, encontrando-se vinculados ao próprio corpus da pesquisa, com base nos princípios teóricos, nos objetivos e nas questões que norteiam a investigação". (1996, p. 66)

Deste modo, nosso procedimento metodológico foi sendo construído ao longo do caminho que vai do referencial teórico ao dado empírico, e vice-versa, e reformulado à medida que surgiram novas questões. Ou seja, foi sendo construído ao redor do estudo de casos.

4. Resultados e discussão

Sendo o objetivo de nosso estudo o de poder caracterizar a constituição da subjetividade do adolescente, a partir do conceito que procuramos aprofundar em nossa revisão, o de posição subjetiva, tivemos de desenvolver um método próprio de análise dos resultados, que denominamos de Análise Posicional da Enunciação.

Esse método consiste em caracterizar e descrever, com o auxílio de ferramentas lingüísticas, as posições subjetivas pelas quais o adolescente passa, ou seja, o modo como se posiciona em relação ao outro ou outros, e o que mostra de si mesmo, ao enunciar. Em que pese o estudo das marcas lingüísticas poder se prestar a um estudo interpretativo do discurso, nossa finalidade não foi a de estabelecer sentidos ou de fixar categorias. Nossa preocupação maior foi a de procurar identificar formas de endereçamento características do adolescente, para, com isso, podermos pensar sua subjetividade.

Evidentemente, tivemos de nos valer de marcas lingüísticas já estudadas pela teoria da enunciação. Dentro das marcas

mais estudadas, procuramos selecionar as que poderiam nos dizer mais sobre o psiquismo adolescente, e que eram encontradas em todos ou na maioria dos discursos coletados.

Inicialmente, procedemos à análise dos dois tipos de "eu acho". Logo depois vem o discurso citado, seguindo-se três formas de negação na linguagem: o *mas_{PM}*, o *mas_{SN}* e a denegação. Dentro da análise desta última forma de negação, julgamos procedente realizar uma problematização em relação ao que vem sendo estabelecido sobre a denegação, em psicanálise, com o auxílio da discussão lingüística.

Segue-se o estudo das meta-enunciações interlocutivas, concluindo com apreciações sobre outras marcas discursivas, que não mereceram neste estudo uma seção à parte.

4.1. Análise da marca discursiva "eu acho"

Carlos Vogt distingue, em *Linguagem, Pragmática e Ideologia* (1989), dois verbos achar em português: o achar₁, seria um palpite (na acepção de crer ou supor), quando o enunciador está arriscando uma afirmação da qual desconhece o valor verdade, e o achar₂, na acepção de considerar, julgar, no qual está sendo feita uma apreciação subjetiva de um objeto ou situação. Exemplificando:

- 1) Eu acho que o novo carro da Fiat é caro.
- 2) O médico achou que o menino estava pálido.

No primeiro caso, não se sabe ao certo o preço do carro em questão, enquanto que, no segundo, o médico faz uma apreciação da palidez conforme o referencial que possui sobre como o menino deveria estar, ou seja, compara o que vê a uma escala hipotética.

4.1.1. O Eu acho₁

De uma maneira independente do contexto em que surge, trata-se de juízos afirmativos que implicam uma relativização do valor verdade da proposição - daí seu caráter aberto de "palpite" -, abrindo-se a possibilidade para o interlocutor "achar" outra coisa.

"Pode chegar na hora e eu até mudar de idéia [quanto à escolha do vestibular], mas eu acho difícil, sabe?" (Luciana, 17 anos).

"Acabou, agora, acho que ele tá, ele tá na minha vó, né? Deve estar morando com ela, sei lá." (Rodrigo, 18 anos, sobre o local de moradia do pai).

"Também, acho que é pouco, raro o caso em que, sabe?, assim, 'Ah, eu quero ser isso', vai ser isso, sabe?" (Carlos, 18 anos).

O endereçamento realizado com o "eu acho₁" não é nunca categórico, não fecha a questão, abre a possibilidade do interlocutor "achar" outra coisa. Ao ser apresentado como palpite, o enunciado com o "eu acho₁" solicita a opinião contrária, ou a confirmação, a co-enunciação, quando secundado pela meta-enunciação interlocutiva (né?, sabe?, etc.), cuja função examinaremos mais adiante.

4.1.2. O Eu acho₂

O uso do eu acho₂ refere-se a uma posição subjetiva de quem está emitindo uma opinião que lhe seria própria, a de um sujeito que reivindicaria para si ser a fonte de seu dizer. O eu acho₂ tem a função de negar outras possibilidades, outros pontos de vista possíveis que integram a ordem do já-dito:

"... é que dinheiro, assim, no caso, dentro de uma empresa, eu acho, pelo menos, que é tudo, sabe?" (Luciana, 17 anos).

"Eu penso realmente assim, eu sempre acho que a gente tem que lutar pelo que a gente quer." (Dóris, 18 anos).

"Eu acho que o trabalho é super importante pra, pra tua felicidade, pra tua, pro teu envolvimento com outras pessoas, pra ti tá bem contigo, comigo mesmo, pelo menos eu tenho que tá trabalhando, eu tenho que tá bem." (César, 21 anos).

"Mas eu acho que parar de estudar não é o certo, né?" (Vitória, 19 anos).

A posição subjetiva particular do eu acho, decorre de:

- (1) Apagar sua filiação a uma ideologia dentro da cultura (na medida em que sou "eu" que acho, transparece um ato voluntário de adesão);
- (2) Negar uma posição alheia possível, em prol de outra;
- (3) Ao mesmo tempo, endereçar-se ao interlocutor, solicitando o reconhecimento deste lugar próprio singular do "achar", e, neste caso, a cumplicidade de uma co-enunciação (solicitação muitas vezes feita por meio dos repetidos "sabe?", interlocutivos, que visam a uma unidade com o interlocutor, na enunciação, ao buscar sua concordância com os termos que estão sendo enunciados). Essa solicitação também foi notada acompanhando os enunciados da primeira forma de "eu acho", mas neste caso não havia reivindicação de singularidade;
- (4) Por outro lado, aquilo que é "achado" vem do Outro, trata-se de seus significantes. Em que pese os três momentos anteriores do "eu acho", não deixa de haver uma circulação, uma passagem do sujeito pelos significantes do Outro. E se concordarmos com a concepção de Ducrot (1987), de que cada enunciado é único, em sua historicidade, não deixaria de haver um traço singular, em cada "achado" que é feito.

No discurso dos adolescentes, é reivindicada uma singularidade, onde se procura privilegiar a importância de uma posição pessoal.

Uma boa síntese para as ocorrências do eu acho₂ é o enunciado:

"... é que eu acho que a pessoa tem que pensar, não tem que lidar, não tem que ligar pra opinião dos outros, sabe?" (Luciana, 17 anos).

O "pensar" se oporia à opinião dos outros, seria um ato independente, não formado na família e culturalmente. É negada a necessidade de ligar para as opiniões alheias, o que é um já-dito da cultura. Assim como "não ligar para a opinião dos outros" também o é. O ato falho lidar/ligar é revelador: está

sempre presente uma negociação (lidar) com a alteridade, na constituição do pensamento próprio, ao mesmo tempo que se necessita, para poder-se passar à enunciação, da ilusão de ser de certa forma independente (não ligar, desligar, ser Um, "ser você mesmo"). Ao mesmo tempo, o fato de ser uma pessoa "que pensa" (o que é mostrado quando ela diz que as pessoas devem pensar) indica a proposta de ser alguém de valor na comunidade, alguém que procura atender a esse imperativo.

O "eu acho₂" é um momento na afirmação de uma singularidade.

4.2. Discurso citado

O discurso citado é utilizado para referir posições de outras pessoas (pares, mãe, pai, etc.), e até mesmo posições pessoais hipotéticas ou passadas, sobre diversos assuntos: exames (temática do concurso vestibular), objetos de uso individual (aparência pessoal), a escolha da profissão, os namoros, entre outros:

"Aí chegou na oitava, assim, e ela, 'Tã, o que que tu quer fazer, tu quer fazer um básico ou o que, o que que tu, o que que tu vai querer, o que que tu vai querer seguir', né? E assim, eu 'bah, mas ainda tem, ainda tem tempo para ver isso aí'. 'Não, não tem, ou tu faz um básico, ou tu faz um técnico em alguma coisa', né?" (Rodrigo, 18 anos).

"Um dia ela começou a contar coisa de criança, assim, sabe? Coisa que eu fiz, conta pros parentes, assim. 'Bah, tem que ver a Dóris, fez tal coisa com 3, 4 anos'. Eu me lembro, eu me lembro exatamente da cena que ela fala, eu me lembro. Então ela fica apavorada. Meus amigos dizem: 'Dóris, tu é um poço de memória', sabe?" (Dóris, 18 anos).

"Eu tenho bastante interesse na história. Então aí fica esse impasse de fazer. 'Pô, eu faço direito, ou eu faço história'. É uma dúvida, sabe?" (Jorge, 21 anos).

"E a mãe fala até em cursos, essas coisas de especialização, nada a ver, sabe? 'Ah, depois que fizer a faculdade, porque tu vai fazer um curso, vai viajar...' e eu não quero, eu não penso nisso, sabe?" (Luciana, 17 anos).

"É, sempre é a mesma... é difícil a pessoa que, que sabe o que quer fazer, né? No colégio sempre tem 'Ah, acho que vou continuar na área', sabe?, na área de, de PD, ali. Também, acho que é pouco, raro o caso em que, sabe?, assim, 'Ah, eu quero ser isso, vai ser isso', sabe?" (Carlos, 18 anos).

O recurso ao discurso citado, na forma de trechos em estilo direto, aparece com grande regularidade, em todos os adolescentes entrevistados. Entretanto, o encadeamento desses trechos em estilo direto no discurso do adolescente nos fez pensar em uma certa modalidade do discurso indireto, referida por Bakhtin (1992), encontrada na literatura, a saber, a que procura ser analisadora de conteúdo. A fala atribuída ao outro o é em uma relação de distanciamento, que seria o máximo possível no estilo direto. Entretanto, é colocada uma ênfase - que é pessoal - no conteúdo exposto nessa fala. O que é destacado, dentro do discurso citado, não é a forma de expressão de quem falou, mas o que foi dito, citado de maneira aproximativa, muitas vezes acompanhado de expressões como "coisa e tal" ou outras, que indicam que se está marcando, tematizando, comentando um conteúdo do qual se pretende diferenciar-se. Mesmo o próprio discurso, na situação referida, é apresentado da mesma forma:

"Aí eles dizem: 'pô eu tô um pouco indeciso também, eu não sei bem o que eu quero'. Mas daí eu paro pra pensar: 'pôxa vida, mas que eles estejam indecisos, tudo bem, eles tão certinho no colégio, né? E, né?, são mais novos do que eu'." (Vitória, 19 anos).

Em grande parte, o discurso citado é utilizado para marcar uma posição subjetiva de negação, de oposição a um discurso que é marcado como alheio, possível ou anterior, mas com o qual não se coincide. Eles dizem isso, eu digo outra coisa. Ou, pelo menos, fica marcada, discursivamente, uma distância em relação às falas dos outros.

Sob uma certa ótica, trata-se do reconhecimento de que há outros discursos sobre os mesmos objetos, mas são discursos dos quais ou se discorda, ou com os quais não se coincide. Há uma reivindicação de singularidade, relacionada por exemplo a gosto e valor afetivo das coisas, que são colocados como opos-

tos ou independentes das referidas opiniões e pontos de vista alheios.

Independentemente dos conteúdos abordados - não pretendemos nos apoiar na lingüística em busca de chaves interpretativas -, o que nos interessa é destacar que o recurso ao estilo direto (ao qual procuramos aproximar, dentro do contexto, à forma analisadora de conteúdo do estilo indireto), como característica do adolescente, nos aponta para algo que é da ordem do estrutural, na posição subjetiva adolescente. Mesmo quando se trata de opor "já-ditos" a outros "já-ditos", aos quais subjazem lugares comuns da cultura, há no adolescente a pretensão de que lhe seja atestada uma singularidade, ou seja, uma certa ordenação, uma certa forma particular de circular entre os significantes.

O recurso ao estilo direto marca um distanciamento que faz contraponto às constantes solicitações de confirmação. Ou, dito de outra forma, a constituição do outro, do semelhante, como diferente, acompanha a tentativa de constituição de uma singularidade, em um mesmo processo, em uma mesma dialética.

4.3. Os dois tipos de "mas"

Vogt e Ducrot (1989, pp. 103-128) distinguem dois tipos de "mas" em português: um seria o mas_{SN} correspondendo ao "sinó" espanhol e ao "sondern" alemão. Esse "mas" tem a função de correção:

A: - Pedro é inteligente.

B: - Ele não é inteligente, mas esforçado.

O mas_{SN} corrige a proposição anterior, e, ao corrigi-la, nega-a, o que é feito sob a forma não p mas q, que corresponde a uma negação polêmica.

No caso do mas_{PA} , a proposição inicial é afirmativa⁵. O nome deriva de coincidir com o "pero" espanhol e o "aber" alemão. Nas proposições da forma p mas_{PA} q temos que a uma

⁵ Vogt e Ducrot (1989) registram, entretanto, que a proposição p, que precede o q de "p mas_{PA} q", pode conter uma negação. O que importa é que o morfema negativo seja interno ao termo p, e não possua nenhuma relação com o movimento argumentativo de negação implicado pelo *mas*.

proposição afirmativa p , que levaria a uma orientação argumentativa r , é oposta uma proposição q , com orientação argumentativa oposta ($-r$). A orientação argumentativa é a conclusão a que se poderia chegar, no contexto, a partir de uma proposição.

Deste modo:

A: - Pedro é inteligente.

B: - É, mas não estuda.

Da afirmação "Pedro é inteligente" se poderiam concluir várias coisas, sobre seu potencial, se se está discutindo convidá-lo para alguma atividade de estudos, ou mesmo se se está pensando em aprová-lo ou não. Qualquer que seja o caso, o "mas não estuda" muda a conclusão possível para o contrário. Estamos em presença do que Vogt e Ducrot chamam de "negação argumentativa" (Vogt e Ducrot, 1969, p. 110):

"1. A negação argumentativa é algo muito diferente da negação lógica, de uma afirmação de falsidade.

2. A negação argumentativa não se exprime exclusivamente pela negação gramatical.

3. O valor semântico da negação gramatical não deve ser assimilado à negação lógica, magis [sic] deve ser concebido como uma forma particularmente forte de negação argumentativa."

Ainda segundo Vogt e Ducrot (op. cit.), o sentido do enunciado p mas, r q é o da orientação argumentativa " $-r$ ", dada por q . Pode-se pensar claramente que, em que pese estarem enunciados dois pólos diferentes sobre a questão, há a *decisão* pela orientação argumentativa do segundo, ou seja, o sentido do enunciado como um todo volta-se para a orientação argumentativa de q .

Exemplificando, no contexto da escolha profissional:

"Tudo bem que a pessoa goste de estudar, mas o incentivo também é fundamental" (Exemplo extraído de Destri, 1996, p. 91, caso M. G.) conduz a uma reivindicação de incentivo, uma demanda de amor, enquanto que a afirmação inicial traduziria a apreciação do fato da pessoa gostar de estudar por razões próprias, autônomas. Sublinhe-se que tanto a reivindicação de autonomia quanto a de apoio traduzem, de uma certa

forma, a mesma demanda de amor paterno. O ideal de autonomia faz parte do laço social, é esperado, em nossa sociedade, que se tenha "individualidade", seja-se "autônomo", "encontre-se algo para gostar de fazer", etc.

O "Tudo bem que a pessoa goste de estudar" pressupõe o interlocutor na posição de quem concordaria com a asserção de que as pessoas devem estudar por motivos próprios. Por outro lado, o adolescente demanda o apoio paterno, mostra-se necessitado de incentivo. Coloca-se uma posição subjetiva clara. O "decidir sozinho" retrata um já-dito da cultura, ou seja, o ideal de autonomia, e está sendo atribuído a uma alteridade, dado que se escolhe para si a posição de solicitar o "incentivo" paterno, que nega argumentativamente o enunciado anterior, apontando para decidir, mas não sozinho.

4.3.1. Ducrot e a teoria polifônica da enunciação

Ducrot (1984) situa suas pesquisas no quadro de uma disciplina que ele chama de "pragmática semântica" ou "pragmática lingüística", cujo problema fundamental é o de indagar a possibilidade de utilizar palavras para exercer influência, dada a eficácia que estas possuem, em dadas circunstâncias. Ele afirma não se tratar mais, como o era para Austin, de saber o que se faz, quando se fala, mas saber o que a fala faz, segundo o próprio enunciado (Ducrot, op. cit.).

Ducrot não introduz, pois, a noção de um sujeito autor da fala, cuja produção de enunciado constituiria um ato deliberado, consciente. Preocupa-se apenas com o aparecimento do enunciado, acontecimento histórico, momentâneo, e que produz efeitos. Aliás, em "Esboço de uma teoria polifônica da enunciação" (cap. VIII de O dizer e o dito, op. cit.), assinala que seu objetivo seria o de contestar o pressuposto da unicidade do sujeito falante, segundo ele compartilhado pelo comparativismo, pelo estruturalismo e pela gramática gerativa.

Ducrot retira sua idéia de polifonia de Bakhtin (cf. Ducrot, op. cit.), que a aplicava a textos, ou seqüências de enunciados, idéia segundo a qual haveria uma série de vozes falando simultaneamente, sem que uma delas fosse preponderante. Ducrot vai pensar a polifonia no nível dos enunciados.

Ducrot distingue o locutor, que para ele é "o ser designado no enunciado como seu autor", do produtor empírico, que não é levado em conta "por uma descrição lingüística preocupada somente com indicações semânticas contidas no enunciado" (1987, p. 162). Para o mesmo Ducrot (1988), o produtor empírico não seria da ordem da lingüística, mas da psicologia ou da sociologia. Deste modo, situam-se em níveis distintos falante, autor e locutor (conforme Teixeira e Flores, 1995).

Por outro lado, Teixeira e Flores (1995) apontam para aquilo que constitui, em Ducrot, uma segunda forma de polifonia, a saber, a dos enunciadores, que representam, para o locutor, o que o personagem representaria para o autor ficcional. Os enunciadores seriam perspectivas expressas por meio da enunciação - ainda que não "falem" -, tendo seus pontos de vista colocados:

"O locutor apresenta uma enunciação de que se declara responsável e o enunciador existe em função da imagem que (L) oferece às vozes presentes no enunciado. Assim, a identificação de (E) só é possível através de (L), que pode ou não concordar com (E)". (Teixeira e Flores, 1995. L e E correspondem, respectivamente, ao locutor e ao enunciador).

Teixeira e Flores, nesta mesma obra, apresentam uma boa discussão sobre os conceitos da teoria polifônica de Ducrot, embora considerem suas reflexões em estágio embrionário, procurando traçar um paralelo entre o sujeito dividido de Lacan e o sujeito múltiplo de Ducrot, evitando entretanto um reducionismo que não contemplaria a importância e a complexidade da questão. O que haveria em comum a esses dois sujeitos seria seu descentramento, expresso, para os autores, de modo constitutivo no dito.

Tomando-se para análise um exemplo de mas_{PA} na entrevista de Luciana (17 anos):

"É, acho que de última, assim, eu posso até mudar de idéia, mas_{PA} , no momento, acho que não, sabe?"

Temos p: "É, acho que de última, assim, eu posso até mudar de idéia"

e q: "no momento, acho que não, sabe?"

O enunciador E_1 argumenta a favor de p, cuja conclusão seria "escolher uma outra carreira profissional, que não administração".

O enunciador E_2 argumenta a favor de q, cuja conclusão seria "manter a escolha por administração de empresas".

O locutor concede à possibilidade da argumentação de E_1 , que considera outra carreira profissional, e se distancia, por meio do "mas", na direção da orientação argumentativa de q, formulado por um E_2 . No mas_{PA} , temos um locutor que apresenta dois enunciadores diferentes (eis a polifonia), acabando por se identificar com o segundo e optar por sua conclusão. Note-se que o alocutário não estaria necessariamente identificado como possível portador da posição E_1 , neste tipo específico de endereçamento.

Cabe destacar que "de última" e "até" apontam para a existência de uma possibilidade, e que o "no momento" não fecha a questão. O referido E_1 não é um ponto de vista qualquer, com o qual se negocia e que é negado argumentativamente. Ele surge no momento em que a entrevistada era questionada e confrontada com o fato de ter vindo para uma orientação profissional com a escolha já feita, de antemão, e possivelmente corresponda ao saber de uma instituição à qual ela encaminha uma solicitação de orientação.

Em E_2 , entretanto, trata-se de uma escolha pessoal, que ela vem validar, durante o processo de orientação profissional, na linha da afirmação de uma singularidade.

Preferimos pensar a já referida questão da segunda polifonia nos termos de um duplo endereçamento, realizado na enunciação: ao Outro (um terceiro: cultura, instituição, instância paterna) e ao outro (interlocutor, entrevistador). Em p, Luciana alude (apesar do "eu acho" traduzir um esquecimento de que as palavras vem do Outro) a um pressuposto, já referido pelo entrevistador, da instituição à qual formula sua demanda de orientação, Outro ao qual tanto ela quanto o interlocutor estão referidos de igual maneira: "quem vem para orientação não vem com a escolha fechada". Neste enunciado, em particular, é veiculada uma voz que não é da responsabilidade da locutora, mas uma voz geral.

Em q, com a negação do pressuposto anterior, ela se afasta do interlocutor (em posição especular), ao qual chama novamente à proximidade de uma co-enunciação, por meio da meta-enunciação "sabe?". Luciana pede uma confirmação ao interlocutor, colocado no lugar de outro da relação dual, no momento em que "acha que não", momento da afirmação de uma singularidade, ainda que hesitante, introduzida pela negação do significante que vem do Outro.

4.3.2. O Mas_{PA}

O funcionamento do mas_{PA} não difere, na fala dos adolescentes, do funcionamento geral do mas_{PA} na linguagem em geral:

"... até a aparência, pra todo mundo a aparência importa, sabe?, mas não que esteja em primeiro lugar." (Luciana, 17 anos).

"E eu sou uma pessoa, assim, que eu tô tri confusa, sabe? Eu já queria começar a trabalhar agora, mas trabalhar agora seria assim: 'pô, vou ter que parar de estudar e depois eu vou precisar do estudo, seja lá pro que for', né?" (Vitória, 19 anos).

"Até, depois, na... no de informática que apareceu contabilidade, assim, né?, no meio, aí eu fiquei, fiquei bem interessado por contabilidade, assim, né? E... mas aí no-no vestibular aí eu botei, botei da-da mesma área de informática, né?" (Roberto, 18 anos).

"Então eu fiz psicologia no vestibular, mas não, não tinha aquele interesse ferrenho, né?, em fazer." (Jorge, 21 anos).

"Eu sou pessimista pra muitas coisas, mas... nesse caso, eu acho que não." (Luciana, 17 anos).

"Acho assim que eu sou tri sonhadora, mas não é aquela coisa assim de, sonhar por sonhar. Eu acho que assim: que eu sou sonhadora, eu tenho que tentar realizar o que eu quero, e não ficar só sonhando..." (Dóris, 18 anos).

Da mesma forma que no exemplo já exposto, são colocados os pontos de vista que levam a conclusões diferentes, e opta-se pelo segundo, aquele que vem depois do mas. O que notamos, em relação ao mas_{PA}, em um grande número de casos, é uma espécie de negociação, de ponderação, de hesitação, so-

bretudo quanto a ser suavizada a orientação argumentativa à qual o adolescente adere.

Desse modo, no primeiro exemplo, temos que Luciana nega a importância da aparência, entretanto introduzindo uma escala de lugares. A aparência apenas não está em primeiro lugar, o que abre a possibilidade de ainda lhe ser conferido um lugar importante. No outro exemplo de Luciana, há um "nesse caso", que suaviza uma possível negação genérica de seu pessimismo.

Vitória introduz, no lugar de uma proposição que negasse argumentativamente o "ir trabalhar agora" uma espécie de monólogo, valendo-se de uma auto-citação em discurso direto, diante da qual o interlocutor é colocado em posição de testemunha de uma ponderação, podendo acompanhar o raciocínio e chegar junto com ela à possível conclusão argumentativa de que "seria melhor esperar para trabalhar depois de estudar".

Roberto hesita, e depois pede o assentimento, com o "né?", enquanto que Jorge particulariza o "não ter interesse", ampliando-o para "não tinha aquele interesse ferrenho, né?, em fazer". O que diminui a intensidade de um possível "não ter interesse", puro e simples.

Particularização que Dóris estende até o detalhe, explicando que tipo específico de sonhadora ela é: a de realizar as coisas que sonha. Este é um exemplo em que a polifonia se dobra, sendo antecipadas para o interlocutor posições possíveis, vozes possíveis, como por exemplo "não deves só ficar sonhando" ou "o sonhador sonha, mas não realiza".

Hesitante, não-categorico, o adolescente oscila e toma cuidado na antecipação do outro, mesmo que se trate dos já ditos mais comuns:

"Eu sei que é um concurso bem, é bem concorrido, né? Muito concorrido, até. Mas eu vi que depende só de mim, sabe? Eu... Depende só de mim". (Jorge, 21 anos)

"Acho que no momento que tu faz uma coisa que tu não gosta... dinheiro é importante né? Mas eu acho que não é tudo também, né? A gente tem que fazer o que a gente gosta, né? Pra fazer bem feito também, né?" (Vitória, 19 anos)

Com isso, nesses enunciados, o adolescente se mostra não-categorizado, no sentido de não fechar questão, de procurar negociar com o interlocutor, de antecipá-lo numa posição de diferença, ao mesmo tempo que, pela própria operação de antecipação, procura reduzir essa diferença, na enunciação. De uma certa forma, no cálculo imaginário, o adolescente "já sabe" o que o outro iria pensar, ou o que poderia vir a objetar.

4.3.3. O Mas_{SN}

Com o mas_{SN}, é negada uma posição possível, que integraria um já-dito, e depois se apresenta a sua posição. O interlocutor é suposto participar desta cultura, desta alteridade na qual são gerados estes já-ditos. Ao que pode vir desta alteridade, na pessoa do interlocutor, é oposta uma posição pessoal, de forma a corrigir a anterior. O mas_{SN} integra o que se chama de negação polêmica: há uma posição - que pode ser representada por um enunciatador E₁ - com a qual se polemiza, ponto de vista que vai ser corrigido por um outro ponto de vista, ou enunciatador E₂. A negação polêmica pode ser escrita com a fórmula não p mas q:

"Já faz desde que eu comecei o segundo grau, que agora eu tô no terceiro ano, que eu tô pensando em fazer [Administração de empresas], sabe?, e eu acho difícil mudar de idéia. Mas, no caso, eu quis fazer mais assim, não tanto pra ver, mas... pra confirmar..." (Luciana, 17 anos).

"Então nasceu uma dependência muito grande dela, assim. Não sei se é dependência, mas um cuidado, assim, sabe? Parecia que eu era de vidro." (Jorge, 21 anos).

"Eu acho que tem aquele contato [com o público], né? Não é físico, mas tem o contato, e isso eu acho emocionante, sabe? Tri bom." (Vitória, 19 anos).

"Mas procuro não, não, não... sei lá, não me relacionar forte, assim, assim de, gostar da pessoa, assim, sabe? Não é que eu não procure, mas eu não, tem muitas vezes que eu não consigo, né?" (Roberto, 18 anos).

Novamente, temos de reconhecer não haver diferença no funcionamento do mas_{SN}, no caso específico do discurso dos adolescentes. Luciana não vem para a orientação profissional para ver o que quer cursar, e sim para confirmar uma escolha já feita. Jorge julga que não é dependente da mãe, mas que a mãe lhe tem muito cuidado. Vitória considera que o contato com o público, mesmo não sendo físico, é emocionante, e Roberto diz que não é por falta de procura que não consegue se relacionar com intensidade. Em todos os casos, é possível identificar, no contexto, o ponto de vista com o qual se está polemizando, ponto de vista que o interlocutor poderia compartilhar.

Entretanto, da mesma forma que ocorre com o caso já exposto do mas_{PA}, na fala dos adolescentes, neste caso há também a hesitação, a negociação, uma relação de antecipação que não se esgota em supor o outro como passível de compartilhar o ponto de vista que foi negado.

Temos, desse modo, que Luciana acha difícil mudar de idéia; contudo, modaliza, com o mas_{PA}, para a direção argumentativa de fazer orientação (a conclusão argumentativa de "acho difícil mudar de idéia" levaria a nem sequer procurar uma orientação). Logo após particulariza, com o "no caso", procurando manter aberta a possível interlocução.

Jorge não sabe "se é dependência", isto é, relativiza o que está negando. Enquanto que Vitória e Roberto, mesmo em posição polêmica, buscam a co-enunciação, por meio do recurso à meta-enunciação interlocutiva, da mesma forma que Luciana e Jorge, anteriormente. Retomaremos adiante a questão do funcionamento da meta-enunciação interlocutiva, mas avançamos que ela tem a função de reduzir a distância do interlocutor.

Nos dois tipos de "mas", circula-se por pontos de vista ou já-ditos que vêm da cultura, atualizam-se como próprias opções que muitas vezes já estão dadas. Entretanto, isso é feito à maneira de uma apropriação, da mesma forma que no caso do "eu acho". Em seu funcionamento, como negação argumentativa e negação polêmica, não se distinguem, no caso da adolescência, dos "mas" utilizados pelos adultos.

O que podemos depreender da posição subjetiva do adolescente, quanto ao uso do "mas", não é um tipo particular de utilização dos modalizadores, mas o que os acompanha nos

contextos estudados. A saber, uma movimentação de antecipação, de cuidado, de precaução em relação ao interlocutor, uma tentativa de se assegurar de seu assentimento, de sua proximidade, de sua transparência. O risco que se quer evitar é de que o outro fique na opacidade, em situação de não ser previsível, de não ser antecipável, de ser radicalmente diferente.

4.4. Estudo das denegações

Julgamos necessário, neste ponto de nossa análise dos dados, retomar, problematizando, a discussão metapsicológica e lingüística sobre a denegação.

Há uma grande indistinção, na literatura psicanalítica, a respeito do que venha a ser a negação ou denegação. Muitas vezes, são equiparadas diferentes formas de negação, como correspondendo à *Verneinung* freudiana. Lacan parece ter sido o primeiro a dar-se conta disso, e, segundo Hyppolite (1966), foi quem propôs traduzir o termo por *dénégation* (denegação), procurando conferir-lhe um estatuto particular.

No mesmo artigo, Hyppolite avança que ao longo do texto freudiano sobre a denegação (Freud, op. cit.), deve-se distinguir "entre a negação interna ao juízo e a atitude da negação", para que se possa compreender a argumentação freudiana, exposta no referido texto. Desse modo, esse autor procura introduzir, com a idéia de atitude, uma primeira diferenciação no terreno das negações, embora ainda não torne precisas as diferenças entre as formas existentes.

Mesmo hoje, alguns autores como Chemama (1996) reconhecem ser a questão da denegação uma das mais problemáticas da metapsicologia psicanalítica, que segundo ele não estaria ainda resolvida.

O que se segue é uma tentativa de formalizar, com o auxílio da lingüística da enunciação, o que vem a ser uma denegação.

Em "O dizer e o dito" (1987), Ducrot reformula teses anteriores sobre a negação, classificando-a em três tipos diferentes. No primeiro, que corresponde à negação metalingüística, refuta-se o pressuposto do interlocutor, como se pode ver, por exemplo, em:

A - Pedro parou de fumar.

B - Não, ele não parou; ele nunca fumou antes.

Na negação polêmica, os pressupostos são mantidos:

C. Pedro é inteligente.

D. Pedro não é inteligente, mas esforçado.

É negado um dos pontos de vista, mas mantido o pressuposto de que Pedro teria tido alguma espécie de bons resultados, algum desempenho digno de ser elogiado. Note-se que a negação polêmica, neste exemplo, foi construída com o auxílio de um *mas*_{SV}.

Finalmente, na negação descritiva pode-se considerar que não há uma voz à qual o locutor se oponha, ao negar. Por exemplo:

E. Não há nuvens no céu.

Há uma mera descrição de um evento ou de uma propriedade de algum objeto, entretanto não se pode dizer que o locutor estaria polemizando com algum ponto de vista colocado anteriormente. Ducrot julga que a negação descritiva derivaria, por um processo chamado de delocutividade, da negação polêmica.

Para prosseguir em nossa análise, passemos aos exemplos fornecidos pelo próprio Freud (1925, p. 253), no início da exposição de seu tema. São fornecidos dois, logo no primeiro parágrafo do texto, à guisa de paradigma:

1) "Agora você pensará que quero dizer algo ofensivo, mas realmente não tenho esse propósito".

2) "Você pergunta quem pode ser a pessoa do sonho. Minha mãe não é".

De uma maneira simples, pode-se dizer que estão claramente dispostos os enunciadores negados, a saber, "quero dizer algo ofensivo" e "a pessoa do sonho é minha mãe". Estes seriam, segundo Freud, os conteúdos inconscientes que, ao aflorarem por livre associação, seriam projetados. O locutor se identifica com o ponto de vista ou enunciador negativo ("não

tenho o propósito de ofender" ou "a pessoa do sonho não é minha mãe"), atribuindo ao interlocutor o ponto de vista positivo que procura negar.

Chemama (1996) propõe, para caracterizar a denegação, o fato do analisante supor que o analista poderia afirmar aquilo que ele está negando. Ou seja, na denegação estaria aberta a possibilidade do interlocutor passar pela proposição negada. Concordamos com essa afirmação, mas a consideramos insuficiente, pois está na essência da negação polêmica a mesma possibilidade. De fato, em

D. "Pedro não é inteligente, mas esforçado."

temos que, da mesma forma, o interlocutor é suposto na possibilidade de abraçar a idéia oposta. E este exemplo não é, claramente, o de uma denegação.

Há a tentação, no terreno da lingüística, de assimilar a denegação à negação polêmica. De fato, a denegação pode ser considerada como um tipo particular de negação polêmica, sendo que não se enquadraria nas formas metalingüística e descritiva.

Entretanto, deve-se diferenciar a denegação como um caso particular de negação polêmica. Para isso, procuramos reformular a idéia de Hyppolite de uma "atitude de negação", pensando-a em conjunto com a noção trazida por Freud, de projeção.

Para isso, retomamos os exemplos freudianos como um todo, pondo o acento necessário na primeira parte do enunciado, parte que tem sido bastante esquecida nas teorizações psicanalíticas sobre a questão. De fato, com "Agora você pensará que quero dizer algo ofensivo" e "Você pergunta quem pode ser a pessoa do sonho" está sendo introduzida - e somente aí, em uma dimensão de antecipação por projeção - a possibilidade do interlocutor compartilhar do ponto de vista a ser negado. No segundo caso, é necessária ainda a segunda parte do enunciado, que introduz a possibilidade de "ser a mãe".

De qualquer forma, na denegação é apenas durante sua própria enunciação que se abre a possibilidade polêmica. O elemento polêmico a ser negado não preexiste logicamente, no

diálogo, ao ato de denegar. Para que se configure uma denegação, o elemento antecipado não pode ser depreendido do contexto, ou de lugares comuns argumentativos da cultura.

Tomemos o exemplo:

F. Agora você vai pensar que o artigo X, porque era importado, custou mais caro, mas esse não foi o caso.

Neste exemplo, está subjacente o lugar comum da cultura de que as coisas importadas custam mais, e ele não constituiria uma denegação, e sim uma negação polêmica.

Em que pese nossa tentativa de uma descrição formal, apoiada na lingüística, procurando não recorrer a tentativas de interpretação do conteúdo - mas também sem evitá-lo a qualquer preço -, temos que, de maneira geral, na denegação está implicado o eu, como instância imaginária. Isto pelo próprio princípio freudiano de que o recalque incide sobre aquilo que não gostaríamos de admitir em nós mesmos. Independentemente de se tratar de uma pulsão sexual ou agressiva, seja de que tipo for, a denegação incide sobre algo que, se admitido, equivaleria a admitir um afastamento do ideal.

Encontramos muito poucas ocorrências de denegação nas entrevistas com adolescentes. Apenas dois deles construíram denegações em suas entrevistas:

"Mas, se de repente tá se sentindo bem [com uma determinada roupa], pode sair, é que eu acho que a pessoa tem que pensar, não tem que lidar, não tem que ligar pra opinião dos outros, sabe?, não que ela tenha um mundo só dela, se coordenar e não escutar o que os outros falam, não é assim, sabe?, mas ela tem que ver que, o que importa bastante é ela estar fazendo uma coisa que ela gosta, ela estar bem... (Luciana, 17 anos)."

"Eu não, eu não vejo muito, assim, necessidade de aparecer, só que quando as pessoas me, me elogiam eu fico, sabe?, eu me sinto, me sinto... Mas, eu não, mas eu me critico depois por isso, entende?" (Jorge, 21 anos)

No enunciado de Luciana, o locutor não se responsabiliza pela afirmação - relativa a uma pessoa genérica, mas claramente identificável a ele mesma - de que seja possível um individualismo extremado, às raias do solipsismo, no qual ela supõe que o interlocutor a poderia pensar, a partir da afirmação

que precede. Dedução que não seria necessária, dado que "pensar por si mesmo e não ficar ligando para o que os outros pensam" é um já-dito da cultura, e não permite, por si só, uma interpretação que leve quem a enuncia a ser acusado presumivelmente de individualismo.

No caso de Jorge, o tema é a vaidade pessoal. Em ambos os casos, notam-se as mesmas hesitações. "Se de repente está se sentindo bem" equivale a "se, em certos casos, está se sentindo bem", ou seja, é reduzido o âmbito de uma possível afirmação categórica. O mesmo se pode dizer do "eu não vejo muito, assim, necessidade de aparecer", que é mais fraco do que "eu não vejo necessidade de aparecer".

O artigo freudiano inicia com exemplos de denegações encontradas em analisantes neuróticos adultos, cuja complexidade procuramos ilustrar, e prossegue conduzindo o conceito a uma posição fundadora da subjetividade, em seus primórdios constitutivos. Acreditamos que não cabe no âmbito deste artigo levar essa discussão até suas últimas conseqüências, entretanto procuramos pensar a Verneinung como uma forma de negação complexa, que caracterizaria uma posição subjetiva constituída à semelhança do adulto, que foi o principal objeto de estudo da psicanálise freudiana clássica.

No caso dos adolescentes pesquisados, registramos a escassez do uso dessa forma de negação, sugerindo a idéia, a ser desenvolvida em uma pesquisa posterior, de que a denegação seria uma aquisição mais tardia, no caminho da constituição da subjetividade, constituição esta que passaria pela concomitante constituição do outro - do semelhante - como diferente.

4.5. A meta-enunciação interlocutiva no discurso: marcas discursivas "sabe?", "não é?" e "entende?"

Jacqueline Authier-Revuz (1990, 1995) aborda o funcionamento da enunciação e da produção de sentido, por meio das formas de representação da enunciação, onde, espontaneamente, os enunciadores duplicam, no fio de seu discurso, a enunciação de um elemento, referindo-se a algum elemento da cadeia discursiva. Seriam formas reflexivas, onde é desdobrado o dizer de um elemento por um comentário simultâneo sobre

este dizer. Esse elemento ou segmento seria opacificado, no sentido de que, se não houvesse um comentário sobre ele, seria tido como transparente⁹. Ela vai falar em modalidade autonímica, ou "formas opacificantes da representação do dizer", em que um uso supostamente padrão, ou transparente, das palavras, é questionado, e estas deixam de ser evidentes.

No momento desta opacificação, vai haver localmente a representação dessa enunciação como afetada por um fato pontual de não-coincidência, um ponto de alteração e de alteridade, correspondendo a um momento de falha, de não-um¹⁰.

Para exemplificar, ela distingue 4 tipos de não-coincidência, dos quais alteramos a ordem da exposição:

- 1) Pontos de não-coincidência entre as palavras e as coisas, posta em jogo nas glosas que manifestam buscas, hesitações, enfim, dúvidas, sobre o termo exato a ser empregado. São autonímias do tipo X, por assim dizer; X, maneira de dizer; X, seria melhor dizer Y; X, como dizer?, etc.
- 2) Pontos de não-coincidência entre as palavras e elas mesmas, em glosas que aceitam, rejeitam ou especificam o sentido a ser entendido, em função de fatos de polissemia ou homonímia, por exemplo. Seriam glosas do tipo X, nos dois sentidos; X, no sentido figurado; X, no sentido próprio, etc. Sugerimos que a utilização desse tipo de meta-enunciação, no discurso, indica que o enunciador supõe que haja outras construções mentais - decorrentes de posições enunciativas anteriores, nas quais o termo era utilizado -, que envolvam a palavra X em questão, em sentido(s) diferente(s).
- 3) Pontos de não-coincidência entre enunciador e destinatário, a não-coincidência interlocutiva, nas glosas do tipo X, se quiserem; X, se vocês sabem do que estou falando; X, digamos assim; X, compreende?, X, sabe?, etc. Apesar de toda meta-enunciação se dar na interlocução, é claro, nas glosas deste tipo é solicitado ao interlocutor o assentimen-

⁹ Sobre o conceito de transparência, em lingüística, ver Récanati, F., *La transparence et l'énonciation*, Seuil, Paris, 1979.

¹⁰ Authier-Revuz vai utilizar a nomenclatura lacanianiana de Um e não-Um, e, quanto à questão do sujeito na lingüística, vai se valer da noção lacanianiana de sujeito da enunciação.

to, a co-enunciação, é assumida a existência de um hiato entre o eu e o outro, que se busca abolir por meio de um chamado à co-enunciação.

Neste momento, assume-se que os outros tenham pensamentos possivelmente diferentes dos próprios, e não se parte do pressuposto de que todos tenham o mesmo objeto: pede-se o assentimento do outro, sua compreensão, a confirmação de que estariam acompanhando um raciocínio sobre algum objeto. Chama-se o outro para co-enunciar sobre algum tema, para a produção de um sentido compartilhado. De uma certa forma, ainda conforme Authier (1995), como condição para se prosseguir o discurso.

A utilização desse tipo de meta-enunciação, assim como dos outros, segundo acreditamos, decorreria de uma descentração, ou seja, de antecipar o outro em uma possível posição de não-coincidência. As formas da meta-enunciação seriam utilizadas em um momento de ocorrência de não-Um na enunciação, e visariam a obturar essa falha, restaurando, desta forma, supostamente, uma idéia de função. De uma certa maneira, as meta-enunciações podem ser entendidas como formas denegatórias da não-relação.

Ressaltamos que é muito comum a meta-enunciação interlocutiva na adolescência, sobretudo em glosas estereotipadas, do tipo "sabe?", "compreende?", "tá sabendo?", "saca?", "entende?", "né?", etc. A estereotipação decorreria de um fato de heterogeneidade continuamente renovado, e para o qual ainda não se encontraram outras formas discursivas para fazer frente. Authier-Revuz (1995) contesta a tese de que essas formas seriam desmotivadas, meros tiques sem sentido na enunciação.

- 4) Um quarto tipo, enfim, de meta-enunciação, derivaria da não-coincidência entre o discurso e ele mesmo, quando se assinala a pertença de uma expressão a um outro discurso, do tipo X, como diz Fulano; X, como dizem naquele meio; X, como dizem os seguidores da corrente tal, etc. Não nos alongaremos sobre a discussão deste tipo de glosa, limitando-nos a supor que se trata de um nível superior que está sendo atingido, no qual, dentro de uma comunidade

de interlocução, admite-se a existência de outras comunidades, que discorreriam sobre a realidade de maneira diferenciada, com entendimentos diferentes.

Para Authier-Revuz (1990, 1995), há um duplo movimento na meta-enunciação, que decorre da percepção de uma possível falha no dizer:

- 1) Por um lado, haveria uma "gestão local" desses pontos de falha, quando o enunciador age por precaução ou correção da falha, para garantir a transmissão do sentido;
- 2) Ao mesmo tempo, ao se tentar obturar essa falha por meio de uma meta-enunciação, isto constitui uma denegação¹¹ da falha, perante o outro, pois, por mais que se meta-enunciasse e explicasse, por mais que se falasse, continuaria a haver sempre uma distância entre as palavras e seus possíveis referentes.

Em Authier-Revuz, esta divisão seria análoga à divisão subjetiva proposta por Lacan, entre sujeito do enunciado e sujeito da enunciação, onde o enunciador (a) procura transmitir um sentido e (b) garante, perante si mesmo e diante do interlocutor, o fantasma da unidade, da coincidência, que seria necessário ao sujeito falante.

Encontramos, pois, na meta-enunciação:

- 1) a manifestação de uma divisão subjetiva, levando-nos a conceber um sujeito dividido, e portanto não sendo fonte do sentido, como o seria em uma perspectiva meramente comunicacional, que recusamos;
- 2) um manifestação positiva de admissão de uma outra perspectiva, não-coincidente com a sua;
- 3) uma posição subjetiva na enunciação, que situa o enunciador em relação a outros discursos, caracterizada pelo reconhecimento e denegação de uma falha; e

¹¹ Acompanhamos o uso que Authier-Revuz faz do termo "denegação", ao expor sua teorização, embora tenhamos a destacar que seu sentido é diferente daquele que empregamos a respeito da *Verneinung* de Freud, na seção sobre as denegações.

- 4) a presença de uma alteração - quando se restringe, corrige ou contextualiza uma expressão - e de uma alteridade, à medida que é suposto um outro que possa entender de forma diferente o que é dito.

O que encontramos no discurso dos adolescentes estudados foi uma abundância de ocorrências da meta-enunciação interlocutiva, de maneira constante em todos os adolescentes entrevistados, em geral utilizada de forma estereotipada (sabe, entende, né?). Em termos de quantidade, pode-se dizer que caracteriza o discurso do adolescente. É suposta constantemente ao interlocutor a possibilidade de não coincidir no entendimento das afirmações que se fazem. Há uma necessidade incessante de verificar, de conferir essa alteridade, buscar seu assentimento, sua confirmação, sua co-enunciação, seu consentimento em prosseguir o discurso. Ou seja, reduzir a alteridade:

"Ah! é que sei lá, sabe?, eu tenho facilidade, assim, no caso, falando em matéria de colégio, essas coisas, eu tenho uma facilidade, assim, nessa área... na área que lida, assim, com números, sabe?, matemática, essas coisas assim. E cálculo, sabe?, não tanto em... na matéria matemática, mas tudo que tem a ver, assim, mais com número e cálculo, eu tenho maior facilidade e eu gosto, sabe? Eu já... eu não gosto muito assim de estudar, no caso, mas se for pra estudar tipo isso, eu até gosto, sabe?, tenho vontade, é porque é uma coisa assim, até que eu sei, eu, sabe?, sei lá..." (Luciana, 17 anos).

"... a princípio é, ele é um pouco complicado, sabe?, porque tem muitas coisas que eu tenho vontade de fazer, até porque o meu histórico, né?, se for considerar assim, foi de começar muitas coisas, sabe?, se apaixonar por aquilo ou pelo menos gostar muito, gostar muito... e chega lá um ponto em que vai caindo, surge uma... um obstáculo ou nem mesmo se constitui um obstáculo, né?, uma simples, sei lá... algo que venha a contrariar esse... o que eu tô fazendo, né?, tipo algumas dificuldades. E eu, e eu paro e começo outra coisa, sabe?" (Jorge, 21 anos).

"É, sempre é a mesma... é difícil a pessoa que, que sabe o que quer fazer, né? No colégio sempre tem "Ah, acho que vou continuar na área", sabe?, na área de, de PD, ali. Também, acho que é pouco, raro o caso em que, sabe?, assim, "Ah, eu quero ser isso", vai ser isso, sabe?" (Carlos, 18 anos).

"Esses dias o meu irmão foi, ele tá, ele terminou, ele tá terminando a oitava série esse ano e ele foi se inscrever na UFRGS ou na PUC, pra fazer segundo grau no Parobé, pra tirar curso de mecânico, eu acho que é, daí já sai profissionalizado, sabe?, ela já brigou com ele, porque ele não quer, ela quer que faça faculdade, sabe? Ele, ela é, assim, obcecada por faculdade, ela quer que a gente faça faculdade, nem curso profissionalizante ela não quer que faça, sabe?" (Dóris, 18 anos).

"Tá, o último ano é... só que, eu já fiz, né? É assim, é obrigatório, né?, eu já tenho feito, né?, é obrigatório, mas eu posso fazer outro, né? Posso fazer, né? E... só que é obrigatório um estágio. Né? O dinheiro que sai dali não é... né?" (Roberto, 18 anos).

"Daí eu acho legal isso, né? Mas é um tempo que perde, né? Acho que no momento que tu faz uma coisa que tu não gosta... dinheiro é importante né? Mas eu acho que não é tudo também, né? A gente tem que fazer o que a gente gosta, né? Pra fazer bem feito também, né?" (Vitória, 19 anos).

Poder-se-ia pensar em uma suposta singularidade que continuamente abriria a possibilidade de um não-entendimento, uma não-transmissão do sentido. Pode-se também imaginar o desconforto que seria provocado por uma não-coincidência interlocutiva, na ausência de um assentimento, por parte do interlocutor.

Poucas afirmações são tidas como transparentes: para se prosseguir falando, o interlocutor é chamado, passo a passo, a confirmar o que está sendo dito, é chamado a um dizer junto, a um co-dizer. O interlocutor é como que "embutido" dialogicamente no discurso do adolescente.

O interlocutor faz as vezes de espelho, em que se pode continuamente verificar se se é, e de que modo. Situação que muitas vezes é denegada veementemente, no discurso de alguns adolescentes, como pode ser verificado no caso de V.A., entrevistado por Destri (1996, p. 82):

"Olha, eu não me espelho em nada, nem em ninguém, sabe? Eu sou um espelho de mim mesmo".

Esse adolescente solicita ao interlocutor que olhe, e lhe confirme (sabe?) sua própria afirmação de que prescinde de um espelho! Há uma falha que necessita continuamente ser denegada, e que da mesma forma renova-se como falha, e como necessidade de confirmação. E é nesta falha que está se esboçando um sujeito. Se se pode falar, um sujeito adolescente, a adolescência sendo considerada pelo ângulo metapsicológico, segundo Penot (1995), onde se destaca a exemplaridade com que ilustra a "condição do sujeito humano enquanto tal".

Por sua utilização constante, a meta-enunciação interlocutiva pode ser considerada uma característica do discurso adolescente. Esta forma de meta-enunciação não é exclusiva do discurso adolescente: o que destacamos é que ela é encontrada da mesma forma em todos os entrevistados, em grande quantidade.

Os "sabe?", "entende?" e "né?" dos adolescentes visam a anular a distância em relação ao interlocutor, colocado na posição de semelhante. Pela grande reiteração desta solicitação, acreditamos, da perspectiva de nossa metáfora da adolescência como reedição da problemática do espelho, que algo no registro da relação com o outro da relação especular está afetado, algo falha e reclama um preenchimento.

Jacqueline Authier-Revuz fornece alguns exemplos de adultos que utilizam copiosamente a meta-enunciação interlocutiva, mas está claro em seus exemplos que se trata de casos particulares. É um recurso bastante encontrado, quando se trata de oradores introduzindo assuntos pouco comuns, ou mesmo se endereçando a um público desconhecido.

Na meta-enunciação interlocutiva, como já dissemos, o locutor supõe o alocutário na possibilidade de não entender o que está dizendo. O outro está colocado na posição de ser diferente, ter um entendimento diferente, de não compartilhar pressupostos. E a posição subjetiva que decorre é a de tentar aproximar-se, a de tentar buscá-lo para perto. Para o outro, há a possibilidade da diferença, mas isso não é uma coisa tranquila, isso requer uma correção, uma movimentação defensiva.

Da mesma forma como expusemos a respeito dos "eu acho", do discurso direto e das negações (argumentativa, polêmica e denegação), e acompanhando o discurso do adolescente,

de forma a entremear-se com os outros casos de marcas linguísticas - como se pode observar, nos exemplos - o recurso constante à meta-enunciação interlocutiva destaca uma das movimentações da posição subjetiva do adolescente, a saber, a procura de reduzir a distância em relação ao interlocutor, suposta ou provocada pela outra movimentação subjetiva adolescente, que é a de reivindicar sua singularidade.

Em si mesmo, o funcionamento dessa marca linguística não difere do funcionamento geral da meta-enunciação interlocutiva. Ela irá ser, entretanto, uma das características da maneira pela qual o adolescente se endereça aos outros, ou seja, de seu estilo.

4.6. Outras marcas discursivas examinadas

São apresentadas, no discurso adolescente, outras marcas linguísticas que seriam dignas de serem examinadas mais detidamente, mas às quais apenas faremos por ora referência, por julgarmos que isso tornaria muito exaustivo o estudo nessa direção.

As modalizações realizadas por "tipo" e "assim" são utilizadas com finalidades restritivas de modo:

"Eu não gosto muito assim de estudar, no caso, mas se for pra estudar tipo isso, eu até gosto, sabe?" (Luciana, 17 anos).

O "até", que também se encontra no enunciado anterior, aponta para uma possibilidade inesperada. "Pode chegar na hora e eu até mudar de idéia". O modalizador "até" indica que o pressuposto é o de que ela não mudaria de idéia, quanto à sua escolha profissional. O "até" indica uma possibilidade extrema, que "até" pode ser contemplada, mas que não é o esperado, no contexto de sua posição geral¹².

Os "sei lá", os "não sei" apontam para uma posição de não saber, mas mesmo assim opinar - de maneira não-categórica:

¹² A propósito do "até", em português, como marca discursiva, dispomos do excelente estudo de Eduardo Guimarães (1987), em *Texto e Argumentação - Um estudo das conjunções do português*, Pontes, Campinas.

"... tenho vontade, é porque é uma coisa assim, até que eu sei, eu, sabe?, sei lá..." (Luciana, 17 anos).

"Mas procuro não, não, não... sei lá, não me relacionar forte, assim, assim de, gostar da pessoa, assim, sabe?" (Roberto, 18 anos).

Opina-se tendo em vista um interlocutor a quem não se quer fechar a possibilidade de ter uma idéia diferente, com o qual se deseja argumentar não a partir de uma posição de saber, mas indagando esse saber, à procura de uma confirmação, o que se pode observar igualmente pela escolha do "sabe" para a meta-enunciação.

Os "no caso" e "nesse caso" especificam, singularizam, um caso particular. Desse modo, uma afirmação ou negação fica menos categórica do que sem eles:

"Ela diz que é legal, que tudo que eu aprender pra mim vai ser bom no futuro, saber de tudo um pouco, no caso, né?" (Vitória, 19 anos).

"Ela fala, no caso, como se ela, só que eu acho assim, ô, justamente porque eu no fiz, que eu não tive condições de estudar, eu quero te dar, eu quero te dar estudo, eu quero que tu seja alguma coisa na vida, não quero..." (Dóris, 18 anos).

"Eu lidando assim, no caso, com administrar, no caso, é que dinheiro, assim, no caso, dentro de uma empresa, eu acho, pelo menos, que é tudo, sabe?" (Luciana, 17 anos).

Os "no caso" suavizam as afirmações ou negações, restringem sua generalidade, na antecipação de possíveis objeções oriundas do interlocutor. Em meio às tentativas do adolescente de transmitir um sentido, tomam-se precauções para evitar que o interlocutor, passível de ter outro ponto de vista, possa se manter em posição discordante.

5. Considerações finais

As diferentes marcas lingüísticas que procuramos estudar não aparecem isoladamente, mas em uma "coreografia", uma "orquestração" argumentativa que muitas vezes torna difícil sua análise em separado. Entretanto, a análise que se faz

delas mostra-se esclarecedora a respeito da posição em que o sujeito adolescente se situa, na enunciação.

Há, na posição subjetiva do adolescente, a afirmação de uma singularidade, porém sem nunca perder de vista o interlocutor. O interlocutor ao mesmo tempo é chamado a uma posição de alteridade - para atestar sua singularidade, para testemunhar sua diferença em relação aos outros -, e a ocupar o lugar de um "nós" na enunciação, a dizer junto, pelos chamados meta-enunciativos e pelos cuidados em desfazer, de antemão, possíveis objeções ou discordâncias de pontos-de-vista.

De uma forma independente dos conteúdos abordados, os adolescentes oscilam entre a diferença e a dissolução de sua diferença, e para tanto antecipam o lugar do interlocutor, tomam precauções.

O adolescente circula entre os significantes da cultura, fazendo entre eles suas opções e solicitando o assentimento de seu entrevistador. Desse modo, considera suas diversas possibilidades, dentre as quais procura privilegiar suas opções. Endeixa-se a um saber, marca-o com a negação e pede uma confirmação.

Ao reivindicar - cuidadosamente - sua singularidade, ele não deixa de formular uma primeira resposta ao convite paterno de fazer-se enfim ouvir como singularidade. É como se o adolescente, "traumatizado" pelo convite a se fazer ouvir, respondesse na linha da antecipação de algo que ainda não possui. Eis um dos aspectos discursivos da crise adolescente.

Por outro lado, a constante meta-enunciação interlocutiva vai na linha de se tentar uma dissolução dessa singularidade no laço social. Embora seja uma maneira denegatória da diferença, e até mesmo por sê-lo, não deixa de atestar que a alteridade é constantemente sentida, ainda que não totalmente assimilada: não se chega de imediato a aceitar a não-relação.

O uso das outras marcas que referimos, como os "sei lá", os "assim", os "no caso" também foi entendido na linha de uma movimentação antecipatória, que visaria a suavizar os efeitos das afirmações de singularidade, que poriam em risco a similaridade com o interlocutor.

Melman (*op. cit.*) nos falava em crise, Rassial (*op. cit.*) em "pane no Outro". A posição que o adolescente é convidado a

ocupar, ou seja, a de fazer ouvir sua singularidade, é para ele convidativa e ao mesmo tempo ameaçadora. O adolescente nega certas posições, e, ao fazê-lo, identifica-se e assume as suas; ao mesmo tempo, pressente a quebra de seus antigos referenciais, e a possível solidão da posição de sujeito.

Este conjunto de posições subjetivas pode caracterizar o que consideramos como constituindo um estilo adolescente, tomando-se "estilo" em uma de suas acepções possíveis, já que, de acordo com Possenti (1988), suas definições tendem a ser vagas e nebulosas.

Para Souza (1992), para se chegar ao estilo, é preciso habitar um exílio, que vem a ser a condição de possibilidade da humanização do desejo, para que este possa enfim percorrer livremente a cadeia significante. Exílio que vem sendo prenunciado desde a emissão dos primeiros significantes, pela criança, forçados na pura diferença, e na ausência do objeto de satisfação.

O exílio, pois, é outra das leituras possíveis para a passagem adolescente, destacando-se, nas posições subjetivas da adolescência, o lado afirmativo da singularidade, ao mesmo tempo que manobras temerosas em relação ao afastamento do semelhante. Semelhante que precisa ser cada vez mais antecipado, pois já não é tão antecipável.

O exílio é o preço a pagar para ser adulto.

Referências Bibliográficas

- Andrès, M. (1993). Négation. In: Kaufmann, P., *L'apport freudien - Éléments pour une encyclopédie de la psychanalyse*. Paris: Bordas.
- Aristófanos (423 A.C.). As Nuvens. In: *Comédia Grega - Aristófanos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995. Tradução de Mário da Gama Kury.
- Arrivé, M. (1994). *Langage et psychanalyse, linguistique et inconscient*. Freud, Saussure, Pichon, Lacan. Paris: PUF.

- Authier-Revuz, J. (1982). *Hétérogénéité montrée et hétérogénéité constitutive: éléments pour une approche de l'autre dans le discours*. DRLAV (26): 91-151.
- Authier-Revuz, J. (1990). La non-coïncidence interlocutive e ses reflets méta-enunciatifs. In: Berrendoner, A. et alii (orgs.), *L'interaction communicative*. Paris: Berne, Peter Lang.
- Authier-Revuz, J. (1995). *Ces mots que ne vont pas de soi - Boucles réflexives et non-coïncidences du dire*. Paris: Larousse.
- Bakhtin, M. (Volochinov, V. N.) (1992). *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 6ª edição. Tradução de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira.
- Baranger, W. (1981). *Posição e objeto na obra de Melanie Klein*. Porto Alegre: Artes Médicas. Tradução de Maria Nestrovsky Folberg.
- Barbisan, L. B. et al. (1996). O discurso pedagógico: a presença do outro, *Revista Letras*, UFSM, Santa Maria, 1996.
- Berlinck, M. T. (1997). O que é a Psicopatologia Fundamental. In: *Correio da APPOA*, nº 49, agosto de 1997.
- Blos, P. (1967). O segundo processo de individuação na adolescência. In: Blos, P. (1996), *Transição adolescente*. Porto Alegre: Artes Médicas, tradução de Maria Rita Hofmeister.
- Blos, P. (1976). Quando e como termina a adolescência. Critério estrutural para o término da adolescência. In: Blos, P. (1996), *Transição adolescente*. Porto Alegre: Artes Médicas, tradução de Maria Rita Hofmeister.
- Chemama, R. (1995). *Dicionário de Psicanálise*. Porto Alegre: Larousse-Artes Médicas. Tradução de Francisco Settineri.
- Chemama, R. (1996). *Éléments lacaniens pour une psychanalyse au quotidien*. Paris: Ed. de l'Association freudienne internationale.
- Destri, F. (1996). *Relações entre pais e filhos adolescentes e o processo de escolha profissional*. Dissertação de Mestrado ao Curso de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento, Instituto de Psicologia da UFRGS.
- Doumit, É. (1993). Logique. In: Kaufmann, P., *L'apport freudien - Éléments pour une encyclopédie de la psychanalyse*. Paris: Bordas, 1993.
- Ducrot, O. (1984). *O dizer e o dito*. Campinas: Pontes, 1987. Vários tradutores. Revisão técnica de Eduardo Guimarães.

- Ducrot, O. (1988). *Polifonia y argumentación*. Cali: Universidad del Valle.
- Ducrot, O. & Vogt, C. (1989). *De magis a mais: uma hipótese semântica*. In: Vogt, C., *Linguagem, pragmática, ideologia*. São Paulo: Hucitec, 1989.
- Fairbairn, W. R. D. (1944). As estruturas endopsíquicas consideradas em termos de relações de objeto. In: *Estudos psicanalíticos da personalidade*. Rio de Janeiro: Interamericana, 1980. Tradução de Eva Nick.
- Freud, S. (1905d). Tres ensayos de teoría sexual. In: *Obras Completas*. Buenos Aires: Amorrortu, 1989. Tradução de José L. Etcheverry.
- Freud, S. (1911c). Puntualizaciones psicoanalíticas sobre un caso de paranoia (Demencia paranoides) descrito autobiográficamente. In: *Obras Completas*. Buenos Aires: Amorrortu, 1989. Tradução de José L. Etcheverry.
- Freud, S. (1924e). La pérdida de realidad en las neurosis y psicosis. In: *Obras Completas*. Buenos Aires: Amorrortu, 1989. Tradução de José L. Etcheverry.
- Freud, S. (1925h). La negación. In: *Obras Completas*. Buenos Aires: Amorrortu, 1989. Tradução de José L. Etcheverry.
- Giongo, A. L. e Settineri, F. F. (1996). E o sujeito, "se faz" ou é "feito"? In: *Correio da APPOA*, Associação Psicanalítica de Porto Alegre, Ano V, n.º 39, setembro de 1996, pp. 8-9.
- Guimarães, E. (1987). *Texto e Argumentação - Um estudo das conexões do português*. Campinas: Pontes.
- Gutton, Ph., Czermak, M. e Rassial, J.-J. (1989). Peut-on parler d'états limites à l'adolescence? In: *Adolescences* n.º 5, La psychanalyse de l'enfant, *Revista da Associação Freudiana*, Paris.
- Harré, R. e Gillett, G. (1994). *The discursive mind*. Londres: Sage Publications.
- Hyppolite, J. (1966) Comentario hablado sobre la Verneinung de Freud. In: Lacan, J., *Escritos I*. Madri: *Siglo Veintiuno*, Espanha, 17ª edição, 1994. Tradução de Tomás Segovia.
- Kaufmann, P. (1993). *L'apport freudien - Éléments pour une encyclopédie de la psychanalyse*. Paris: Bordas.
- Lacan, J. (1966). Obertura de esta recopilación. In: *Escritos I*. Madri: *Siglo Veintiuno*, Espanha, 17ª edição, 1994. Tradução de Tomás Segovia.
- Lacan, J. (1966). El estadio del espejo como formador de la función del yo [je] tal como se nos revela en la experiencia psicoanalítica. In: *Escritos I*. Madri: *Siglo Veintiuno*, Espanha, 17ª edição, 1994. Tradução de Tomás Segovia.
- Lacan, J. (1966). El seminario sobre La carta robada. In: *Escritos I*. Madri: *Siglo Veintiuno*, Espanha, 17ª edição, 1994. Tradução de Tomás Segovia.
- Lacan, J. (1966). Función y campo de la palabra y del lenguaje en psicoanálisis. In: *Escritos I*. Madri: *Siglo Veintiuno*, Espanha, 17ª edição, 1994. Tradução de Tomás Segovia.
- Lacan, J. (1979). *O Seminário, Livro 11. Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Maingueneau, D. (1993). *Novas tendências em Análise do Discurso*. Campinas: Pontes. Tradução de Freda Indursky.
- Melman, Ch. (1986). La névrose obsessionnelle (I). Première conférence du 29 novembre 1986. In: Melman, Ch., *Clinique Psychanalytique - Articles et Communications*. Paris: Associação Freudiana, 1991, pp. 119-139.
- Melman, Ch. (1987). Haveria uma questão particular do pai na adolescência?, In: *Adolescência - Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre*, n.º 11, Porto Alegre, 1995, tradução de Francisco Settineri.
- Melman, Ch. (1988). Os adolescentes estão sempre confrontados ao Minotauro. In: *Adolescência: Passado e Futuro*. Porto Alegre: Artes e Ofícios/APPOA, 1997, pp. 29-43. Tradução de Francine Roche.
- Melman, Ch. (1989). Bobo, l'ado, In: *La psychanalyse de l'enfant, Revista da Associação Freudiana*, Tomo 1, n.º 5, Paris.
- Meltzer, D. (1990). *O desenvolvimento kleiniano, II. Desenvolvimento clínico de Melanie Klein*. São Paulo: Escuta. Tradução de Cláudia Bacchi.
- Pêcheux, M. (1978). *Hacia el análisis automático del discurso*. Madri: Ed. Gredos. Versão espanhola de Manuel Alvar Ezquerria.
- Pêcheux, M. (1993). *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Unicamp. Tradução de Eni Orlandi et al.

- Penot, B. (1995). A importância da noção de adolescência para uma concepção psicanalítica de sujeito. In: *Adolescência - Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre*, n.º 11, Artes e Ofícios, Porto Alegre, tradução de Lígia Gomes Victora.
- Pommier, G. (1992). *A neurose infantil da psicanálise*. São Paulo: Zahar.
- Possenti, S. (1988). *Discurso, estilo e subjetividade*. São Paulo: Martins Fontes.
- Rassial, J.-J. (1995) Entrevista com Jean-Jacques Rassial. In: *Adolescência - Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre*, n.º 11, Artes e Ofícios, Porto Alegre.
- Rassial, J.-J. (1997). A adolescência como conceito da teoria psicanalítica. In: *Adolescência: Passado e Futuro*. Porto Alegre: Artes e Ofícios/APPOA, 1997, pp. 45-72.
- Récanati, F.(1979). *La transparence et l'énonciation*. Paris: Seuil.
- Smith, J. A., Harré, R. e Langenhove, L. V. (1995). *Rethinking Psychology*. Londres: Sage Publications.
- Souza, E.L.A. de (1992) Exil et style? In: *Le trimestre Psychanalytique* n.º 3. Paris: Edições da Associação Freudiana Internacional.
- Teixeira, M. e Flores, V. (1995). *Da subjetividade na Linguagem: Lingüística e Psicanálise*. Ijuí: Coleção Cadernos UNIJUÍ, Série Letras e Artes, Ed. UNIJUÍ.
- Vieira, B. S. (1996). *O Processo de individuação do adolescente borderline em relação à família de origem: uma proposta metodológica*. Dissertação de Mestrado ao Curso de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento, Instituto de Psicologia da UFRGS.
- Vogt, C. (1989). *Linguagem, pragmática, ideologia*. São Paulo: Hucitec.